Arthur Cezar Ferreira Reis

Do Instituto Historico e Geografico Brasileiro, da Academia Nacional de Historia do Equador, da Sociedade de Geografia de Lima, dos Institutos Historicos e Geograficos do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul

A Helio Viana, admiração de Arthur C. Ferreira Reis
Rio, 15/12/45

SINTESE DE HISTORIA DO PARÁ

BIBLIOTECA "HELIO VIANA"
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Belem — 1942

...a. J. Botanico.
...05. Ap. 302.

981.13
R 277 d

DO MESMO AUTOR

HISTÓRIA DO AMAZONAS. Manáos, 1931.
A EXPLOSÃO CÍVICA DE 1832. Manáos, 1932.
O ENSINO DA HISTÓRIA DO AMAZONAS NA ESCOLA PRIMARIA. Manáos, 1934.
MANÁOS E OUTRAS VILAS. Manáos, 1934.
A QUESTÃO DO ACRE. Manáos, 1937.
AS INSTITUIÇÕES DO BRASIL COLONIAL. Manáos, 1938.
PANORAMA ECONOMICO-FINANCEIRO DO SEGUNDO REINADO — A NAVEGAÇÃO A VAPOR, ESPECIALMENTE NO AMAZONAS. Tese oficial do III Congresso de História Nacional. Rio, 1940.

52604

A POLÍTICA DE PORTUGAL NO VALE AMAZONICO. Belém, 1940.

2604
ECH/
1919

AS ORIGENS HISTÓRICAS DE PARINTINS. Comunicação ao IX Congresso Brasileiro de Geografia. Florianopolis, 1940.
A CONQUISTA DO ACRE. Comunicação ao III Congresso Riograndense de História e Geografia. Porto Alegre, 1940.
SOLDADOS, CASAES E DEGREDADOS NA COLONIZAÇÃO DA AMAZONIA. Comunicação ao III Congresso Riograndense de História e Geografia. Porto Alegre, 1940.

Bbid
208616

LOBO d'ALMADA, UM ESTADISTA COLONIAL. Manáos, 1940.
O CICLO POMBALINO NA AMAZONIA. Belém, 1941.
PAULISTAS NA AMAZONIA E OUTROS ENSAIOS. Rio, 1941.
D. ROMUALDO DE SOUZA COELHO. Belém, 1941.
A HISTÓRIA PARAENSE E A MARINHA DE GUERRA BRASILEIRA. Belém, 1941.
VESTIGIOS ARTISTICOS DA DOMINAÇÃO LUSITANA NA AMAZONIA. Rio, 1942.
O DESCOBRIMENTO DA AMAZONIA. Belém, 1942.
A CONQUISTA ESPIRITUAL DA AMAZONIA. S. Paulo, 1942.
HISTÓRIA DE OBIDOS. Em publicação.
FRANCISCANOS DA PROVINCIA DE SANTO ANTONIO NA CONQUISTA DA AMAZONIA. Em publicação.
ROTEIRO DE FORTIFICAÇÕES NO AMAZONAS. Em publicação.
MONTE ALEGRE. ASPECTOS DE SUA FORMAÇÃO. Em publicação.

981.13
R277d
ex.2

A' memoria de minha querida

Emilia Guiomar

A' memoria de

Artur Viana

A história do Pará ha de ser escrita, um dia, como capitulo da história do mundo amazonico e do Brasil. Na minudencia de seus episodios, no registro de suas grandes épocas, no perfil de seus melhores nomes, na elucidação de seu drama economico e social, no pormenor acêrca de sua formação politica, moral, naval, militar, espiritual. Obra que seja o retrato fiél do passado e lhe defina as caracteristicas e a contribuição para o processo evolutivo do Brasil.

No livro que escrevemos com estas paginas, evidentemente não se encontra essa história, que já se principiou a estudar e sonhamos ver divulgada pela ação coletiva dos que trabalham com amor o campo histórico local. O que se reune aqui é um escorço, sem maior intenção que a de um simples escorço que permita a contemplação serena do que tem sido a vida do Pará desde a chegada dos homens que trouxeram, da Europa, novos costumes, novas falas, novos processos de trabalho, uma cultura, enfim, que procuraram ajustar ao ambiente a que se vinham radicar e onde pensaram crear uma civilização de tipo europeu.

Partindo da chegada desses homens e do esforço que despenderam, passando pelas experiências democraticas que se abriram com o século XIX, assistindo à conquista da floresta, o episodio que tem sido dado como o que define o extremo-norte do país, chegamos aos dias atuais, quando se programa com carinho e sentido pragmatico a incorporação definitiva da

Amazonia à comunhão nacional, pelo saneamento, pela assistência técnica ao homem e pela disciplina da produção. Todos os quadros, que riscamos, sem carregar nas tintas. Tudo muito medido, dentro do objetivo de fazer unicamente uma sintese.

Belém, 19/7/42.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS.

O CICLO COLONIAL

A FAÇANHA COLOMBINA assegurou ao mundo europêo um espaço gigantesco que o tratado de Tordesilas definiu como parte integrante dos impérios coloniais de Portugal e Espanha. Com o espaço, porém, assegurou tambem a concurrencia audaciosa entre as potências européas, cujas populações se voltaram para o noticiário imaginoso que os descobridores começaram a trazer ao Velho Mundo acêrca de mil riquezas, mil venturas, mil encantamentos que as Indias Ocidentais agasalhariam em seu seio abençoado.

A migração intensa que se processou então para êsses paradiziácos terrenos da América trouxe-lhes multidões de aventureiros e conquistadores, dispostos aos maiores cometimentos para a descoberta das regiões encantadas que o gentio indicava como escondidas no interior do espaço sul-americano, defendidas por florestas, aguas, mistérios, que seriam repetições da esfinge.

Entre os vários sitios apontados como novos velocinos, o mais famoso era o do Dorado, império governado por um monarca que se banhava nas aguas perfumadas de um lago, vivia na côrte mais faustosa que o sol cobria, império onde até a pavimentação das ruas era de ouro. Êsse Dorado, localizava-o a imaginação do gentio no vale das grandes aguas. Seria dificil, impossivel, descobri-lo e dominá-lo ?

No Natal de 1539, saiu da cidade de Quito uma expedição espanhola, integrada por trezentos e quarenta soldados, mais de quatro mil indios, além de vários conquistadores, seduzidos pelas perspectivas e possibilidades da jornada. Comandava essa cidade em marcha Gonzalo Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, que incorporara ao ultramar de Espanha o império incaico.

A expedição foi assaltada por contratempos de toda ordem. Por fim, a fome fez sua aparição, como que condenando a empresa a total fracasso. Em principios de 1542, atingido o vale das grandes aguas, no curso do Coca, afluente do Napo, Pizarro, desanimado de encontrar o sucesso que o levara a penetrar a selva, ordenou que seu loco-tenente Francisco de Orelana, tempera rija, bem um daqueles bravos que tinham dado começo aos feitos de irradiação conquistadora que tanto imortalizaram Espanha na América, decesse o curso fluvial em busca dos socorros alimenticios, cuja falta torturava seus companheiros. Orelana, passando ao Napo, foi atingir o Maranon.

A 1 de Março, uma assembléia, reunida a bordo do bergantim em que viajavam, presidida por Orelana, decidiu que se prosseguisse na aventura, continuando para frente, pelo curso gigantesco que se estava descobrindo. Lavrou-se áto do compromisso que todos assumiram de avançar pelo desconhecido. Orelana foi aclamado chefe. Juraram-lhe fidelidade.

Descendo o Maranon, o Solimões, o Amazonas, assinalando os aspéctos ineditos da região, reconhecendo a embocadura de outros cursos de impressionante volume dagua, contáctando com dezenas de tribus, que assediaram a bergantim ou lhes assistiram com provimentos, a 22 de Junho de 1542, quasi à fóz do Nhamundá sofreram a acometida violenta de um grupo gentio, que lhes deu a impressão de obedecer ao comando de mulheres. A pugna foi rapida, mas deixou uma impressão forte. Seriam mesmo mulheres que alí orientavam, que alí governavam ? Seriam apenas mulheres que acompanhavam os maridos ás provas da guerra ? Ficou a duvida. Pelos séculos adiante, ethnologos, sociologos, viajantes, naturalistas discutiriam, sem conclusões seguras, da possibilidade desse grupo que atacou Orelana ter sido de mulheres, do tipo das amazonas da Capadocia.

Orelana vinha chamando de rio Orelana à estrada fluvial que singrava. Impunha-se para os séculos, comunicando o próprio nome áquela região de motivos incriveis. O episodio da bôca do Nhamundá, todavia, dominou-o fortemente. E mudou a denominação do rio para "Rio das Amazonas".

A 24 de Agosto de 1542, a expedição alcançou o Atlantico. Em novo bergantin, atingiu a ilha de Cubagua, de onde Orelana se transportou a Valadolid, onde Carlos V ouviu o relato da façanha. Desfeitas as acusações que lhe pesavam aos ombros, por não ter regressdo ao encontro de Gonzalo Pizarro, o imperador concedeu-lhe o titulo de Adelantado, Governador y Capitan-general das terras que colonizasse para a corôa que os Austrias começavam a cingir. Essas terras seriam, daí por diante, na geografia oficial, espanhola, a Nueva Andaluzia.

Orelana regressou à Amazonia. Vinha tentar a empresa que o imperador lhe atribuira pela cedula de 13 de Fevereiro de 1544. Foi mal sucedido : naufragou já na sua Nueva Andaluzia, perdendo a vida. Sua história estava, contudo, correndo mundo nas paginas de cronistas que a romanceavam, sensacionando passagens de sua penetração pela hinterlandia sul-americana. A verdade, numa narrativa ao estilo da época, constava da "Relacion del nuevo descubrimiento del famoso Rio Grande que descubrió por mui gran ventura el capitan Francisco Orelana desde su nascimiento hasta subir à la mar",

que tinha sido escrita por Frei Gaspar do Carvajal, mas só em 1894 viria a publicidade.

NAS PEGADAS DO ADELANTADO — Não foram poucas as tentativas que se seguiram ás proesas de Orelana. Todas fracassando quasi ruidosamente. Todas até, de certo modo, comprometendo a capacidade dos homens que faziam a conquista da sul-américa. De tal modo que as próprias autoridades espanholas do Perú trataram de impedir que novos empreendimentos sertanistas tomassem corpo, dado que se perdiam energias preciosas, mais uteis em outros setôres da atividade que Espanha realizava em seus dominios americanos.

Embora, em 1559 o Vice-rei Marquês de Canete ordenou a realização de uma jornada ao país do Dorado e dos Omaguas, equipando uma expedição que teve a chefia-la o general Pedro de Ursua, uma das expressões valorizadas nas refregas que caracterisavam a instalação do podério espanhol no Novo Mundo.

Em Fevereiro desse ano de 1559, Ursua e seus companheiros se dirigiram ao Ualaga, onde se procedeu ao aparelhamento necessário à empresa. Em Setembro de 1560, descido o Ualaga, atingiam o Maranon, por cujas aguas procuraram alcançar a zona encantada que lhes movia o cometimento. No Solimões, deram-se cênas de sangue, de que resultou o assassinio de Ursua. Chefiava a insurreição o façanhudo Lopo de Aguirre, que aproveitava, para a consumação de seus designios, a passividade do fidalgo D. Fernando de Gusman, que êle fez proclamar Principe do Perú. Em áta que se lavrou, o vale amazonico foi declarado livre de qualquer sujeição a Espanha e seus monarcas. D. Fernando, titere nas mãos de Lopo de Aguirre, pouco demoraria na posição de soberano daquelas selvas estranhas. A 22 de Maio de 1561, ás proximidades do rio Negro, Lopo de Aguirre levantava novamente a expedição, agora contra D. Fernando, sacrificando-o como a diversos componentes da côrte, que se haviam mantido fiéis ao assassinado.

Aguirre, a frente dos restantes da coluna que Ursua organizara no Ualaga, em principios de Julho chegava ao Atlantico. Repetira, em paginas de sangue, ao sabôr da corrente, a descida de Orelana, escrevendo, com sua gente, um triste capitulo na história da Amazonia.

A CHEGADA DO LUSITANO — A essa altura, os cris-

tãos portuguêses combatiam ao longo do litoral atlantico, para poder fixar dominio. Concurrentes francêses, tentados pelas especiarias brasileiras, procuravam instalar-se definitivamente, desrespeitando as condições diplomaticas assentadas no tratado de Tordezilas. Aos poucos, de posição a posição, numa irradiação em que o mameluco já trazia a sua contribuição preciosa de sangue e de amôr ao berço, os portuguêses avançavam, triunfando sobre o inimigo, que não desfalecia na empreitada mercantil.

A bôca do Amazonas seria uma situação ideal para os portuguêses. Noticias as mais desconcertantes circulavam em torno áquelas paragens, que os espanhóis tinham revelado e de direito lhes pertenciam. Sucede, porém, que a dinastia dos Austrias envolvera Portugal em seus tentaculos políticos, extendendo até lá a dominação que a tornava a casa real mais poderosa da Europa. A concurrencia francêsa era em parte um capitulo dessa guerra que se combatia no Velho Mundo entre francêses e Austrias, para a recomposição do equilibrio político europeu, ameaçado sériamente com a expansão envolvente que começara com Carlos V. A braços com um império de astronomica extensão, os espanhóis não podiam voltar-se para as terras brasilicas, que haviam ganho sem um tiro, mercê da perda da independência de Portugal, donde as instruções de Felipe II para que a conquista prosseguisse, nessas paragens, sob a orientação e a cargo dos lusitanos, seus novos subditos.

E a conquista assim se fazia. Com a vitória alcançada em São Luiz sobre os francêses de La Ravardiere, chegara a hora de empossamento das ribas do Amazonas. Alexandre de Moura, o vencedor milagroso do capitão francês, já trouxera instruções para realizar o feito. Era o ano de 1615. Dezembro. A 22, devidamente escolhido, Francisco Caldeira de Castelo Branco, antigo capitão-mór do Rio Grande do Norte, recebeu a incumbencia de atingir o Amazonas. Alexandre de Moura expediu-lhe um regimento, indicando toda a ação a desenvolver.

Com cento e cincoenta homens, levando por guia um francês e Antonio Vicente Cochado por piloto das três embarcações em que viajou a expedição, Caldeira de Castelo Branco, cheio de cautelas, cumprindo a rigor a letra das instruções, fundeou no Guajará em Janeiro de 1616, depois de dezoito dias. E a 12 do mesmo mês, lançava os fundamentos de uma casa forte, a que deu o nome de Presepio, situando-a numa posição estratégica : "alta e tendo duas faces para dois rios, sendo por êsse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra, facil seria isolá-la e defende-la".

Caldeira de Castelo Branco, como era de seu dever, deu de

logo ciência do exito alcançado a Alexandre de Moura, ao Arcebispo de Lisbôa e ao governo de Madrid. A estes, por comunicação escrita levada por André Pereira e Antonio Fonseca e o piloto Cochado. Áquele, por intermedio de Pedro Teixeira, mandado por terra ao Maranhão afim de buscar tambem provimentos alimenticios e gêneros de guerra para a consolidação do dominio que se começava.

A fundação estava sendo realizada por portuguêses, para a corôa comum dos Austrias. Embora, Caldeira de Castelo Branco não esqueceu que a empresa estava a cargo de portuguêses. A colonia, em consequência, devia considerar-se como território português. Recebeu, por isso, o nome de "Feliz Lusitania".

OS PRIMEIROS TEMPOS foram de relativa paz. O gentio da vizinhança, como que ainda surpreso com o desembarque dos cristãos de fala portuguêsa, não opuzera resistência. Os francêses que tinham acompanhado Caldeira, por seu lado, com êle se entenderam, dado que já o conheciam de jornadas anteriores, aconselhando-o a receber, sem demonstração hostíl, os novos dominadores.

Castelo Branco e sua gente aproveitaram a oportunidade que se lhes abria com a cordialidade celebrada entre os advenas e os da terra para riscar os lineamentos da administração e do burgo que se levantaria à sombra do Presepio. O burgo recebeu o nome de Nossa Senhora de Belém. O fortim foi equipado com os elementos que Pedro Teixeira e Custodio Valente trouxeram do Maranhão, e dentro dele ergueu-se uma ermida, sob o orago de Nossa Senhora da Graça. Ao mesmo tempo, cuidando do aprovisionamento metodico da colonia, principiou o trato da terra, com uma lavoura bisonha de algodão, cana e tabaco.

Em Lisbôa, a nova do descobrimento e da fundação da "Feliz Lusitania" enchera de jubilo. Imediatamente viera ordem para o Governador Geral do Brasil prestar todo o concurso a Castelo Branco, afim de que tudo corresse com sucesso. Entre outros assuntos logo estudados figurou o da colonização intensiva, projetando-se então a remessa de colonos das ilhas dos Açores, que seguramente fariam da colonia um grande empório agrícola. Se as novas da Amazonia falavam da exuberancia da terra, de fertilidade manifesta, dos bons ares da região, da puresa das aguas, das riquezas que se acumulavam pelo interior !

Essas providencias não foram prontamente executadas. Demais, na colonia ocorriam incidentes que a punham em perigo, comprometendo profundamente os resultados até então conseguidos. E' que, entre os colonos e militares, questiunculas daninhas perturbavam a ordem que devia reinar. E o gentio, em choques que se agravavam a cada momento, por fim se puzera em armas para enfrentar o podério dos brancos do Presepio.

Começara a dificuldade quando Caldeira de Castelo Branco, suspeitando da fidelidade dos Tupinambás, mandara atacá-los por gente de sua confiança, os capitães Alvaro Néto e Gaspar de Freitas de Macedo e o Sargento-mór Diogo Botelho de Vide, os quais infligiram seria advertencia aos aldeamentos de Mojú e Mortigura. Agravara-se noutra guerra, feita aos mesmos Tupinambás, pouco depois, sob o comando do alferes Francisco de Medina. Entre os Pacajás, outra razia, levada a cabo pelo capitão Paulo da Rocha, redundara na morte violenta de mil bugres. Caldeira, excedendo-se, ordenara violencias sem limites contra dois caciques Tupinambás, o que ainda mais tornara delicada a situação.

Em Setembro de 1618, ainda mais intranquilizando a colonia, pondo-a em maior perigo, Antonio Cabral, sobrinho de Caldeira, assassinou o capitão Alvaro Néto, que gosava de geral estima. Preso, apesar da má vontade de Caldeira para com a medida, só decretada diante do clamor que se levantou entre civis e militares, o assassino pouco depois era solto, a pretexto de que havia necessidade de sua energia para a campanha contra o gentio. Ordens de prisão expedidas contra os capitães Paulo da Rocha e Tadeu dos Passos, que se haviam refugiado no hospicio que os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio mantinham no Una, perto de Belém, receiosos das violencias de Caldeira, deram em resultado um pronunciamento da guarnição, em que teve parte saliente, como cabeça, frei Antonio de Merciana, que dirigia aqueles Religiosos.

Caldeira posto em grilhões, foi aclamado capitão-mór Baltasar Rodrigues de Mélo, que de toda a ocurrencia deu ciência a Madrí e ao Governador Geral do Brasil. Estava, a primeira vista, dominada a situção. No entanto, assim não sucedia. Porque os Tupinambás, sabedores do que se passava no Presepio, imaginaram dominar a praça, atacando-a a 7 de Janeiro, sob o comando de "Cabelo de Velha". O assalto revestiu-se de violencia e de surpreza. A guarnição do forte ficou cercada totalmente. Os Tupinambás, cheios de arrojo, precipitavam-se sobre as posições lusitanas com uma impetuosidade incrivel. Já procuravam penetrar o estabelecimento militar quando o capitão Gaspar Cardoso acertou uma bala em "Cabelo de Velha", prostrando-o e desarvorando o inimigo. Algumas cabildas, deante do insucesso, depuzeram as armas, aliando-se aos advenas brancos. Era o fim? Ainda não era o fim.

Informada dos sucessos de Belém, Lisbôa, mandara ordens para que o Governador Geral do Brasil socorresse imediatamente o extremo-norte. Já o Governador providenciava : mandando Jeronymo Fragoso de Albuquerque com bôa ajuda militar, em três embarcações, governar a colonia e a pôr em socêgo; mandando Bento Maciel Parente, com 80 soldados e 400 indios, para impôr aos Tupinambás o podério lusitano.

Fragoso assumiu o governo sem embaraços. Prendeu e mandou para a Europa os que tinham tomado parte ativa no conflito com Caldeira, que tambem foi remetido para Lisbôa. Estudou as condições da colonia, inclusive a mudança do forte para sitio considerado menos máo. Traçou um plano de trabalho, que abrangia a paz com os selvagens, a distribuição de sesmarias aos colonos, equipamento do forte, montagem de uma carreira para a construção de embarcações e cultura intensiva da gleba. Seria, uma vez executado o programa, o inicio real da colonização. Em carta que escreveu a 9 de Maio de 1619 a S. Magestade, deu conta do que observara e de seus projétos, peticionando a remessa de meios materiais para a imediata realização do que objetivava com tanta reflexão.

Nessa mesma fase, Antonio de Albuquerque, Frei Antonio de Merciana e Frei Cristovam de São José apelavam para o Rei e mais autoridades competentes afim de que viéssem em socorro da colonia aparelhando-a convenientemente, sem o que fracassaria todo o esforço que se estava despendendo. De tal maneira impressionantes êsses apêlos, que ficou deliberado a remessa de ajuda, a cobrir todos os aspéctos do problema amazonico proposto pelos missivistas e pelo próprio capitão-mór.

Êste, por seu lado, antes que os Tupinambás tomassem atitudes mais violentas e fizessem falhar seus intentos construtivos, buscou-os sessenta leguas distantes do Presepio, onde se encontravam em número de vinte mil em preparativos para lançar-se novamente sobre as situações lusas. O choque foi aspéro. Os Tupinambás perderam a partida, que os deixou escarmentados para muito tempo.

Com a chegada de Bento Maciel, porém, a guerra prosseguiu. Bento Maciel trazia grosso cabedal em gente e material. Vinha enfrentando o gentio desde Tapuitapera, no Maranhão, esmagando-o com inaudita violencia. No Pará, caçou-os com

a mesma sofreguidão, indo atacá-los no Guamá. Seus feitos, revelando a coragem que o animava, embora brutais, talvez mesmo excessivos, serviram ainda mais que a lição já de si severa que Fragoso déra. Porque os Tupinambás socegaram de vez, permitindo que os colonos principiassem uma vida mais de acôrdo com os sentimentos que animavam o espirito da colonização lusitana.

EM FACE DO HEREGE — Havia, contudo, perigo ainda mais forte que o do gentio rebelado e agora vencido. Era o concurrente inglês, irlandês e holandês, que desde fins do século XVI começara a explorar as riquezas do vale, mantendo feitorias, comerciando intensamente com os nativos e levantando mesmo pequenos estabelecimentos militares que davam, à empresa, o caracter de conquista com ares definitivos.

Já antes da chegada de Caldeira as autoridades brasileiras tinham conhecimento da tentativa dos reformistas. A ordem para a fundação do nucleo do Presepio em parte encontrava explicação no proposito lusitano de limpar a região da presença dessa gente estranha. E logo que Caldeira começou a organização da colonia, uma de suas primeiras preocupações foi tomar informações minuciosas acêrca do poderio do inimigo.

Êsses estrangeiros tinham suas posições entre o Oiapoc e o Parú. Mantinham comércio com o gentio, dele recebendo algodão, madeiras, urucú. Lavravam a terra, com algodão, tabaco, cana, de que começavam a fabricar açucar. Seus barcos circulavam seguramente pelo curso do Amazonas, carregando gêneros e de certo procedendo aos reconhecimentos necessários para a ampliação da colonia.

Caldeira projétara, ou melhor, propuzera-se abrir a campanha contra êles, procurando-os no Oiapoc, que era o centro maior de onde irradiavam para o Amazonas. Mas contentou-se em mandar que Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas acometessem uma esquadra holandesa que bordejava nas proximidades do Presepio. Ano de 1616. Os dois alferes, com uma disposição verdadeiramente singular, em pequenas canôas, com guarnição quasi que de nativos, só encontrando uma embarcação da frota, abordaram-na, lutaram corpo a corpo, com a tripulação, incendiando e por fim afundando o navio, cujas baterias mais tarde foram retiradas dagua e vieram contribuir para o melhor equipamento da defesa do "Presepio".

A derrota não desanimou os concurrentes, que o lusitano

chamava de "herejes". E tanto assim, que continuaram nas operações coloniais e mercantís, ampliando o campo de ação com a montagem de novas feitorias além do Parú e um estabelecimento fortificado entre os Mariocai, hoje a cidade de Gurupá.

Em 1623, ante a desenvoltura por que se portavam os "herejes", infrutiféros os protestos que a côrte madrilenha fizera junto a Jaime 1.º da Inglaterra, aprovado o plano que Bento Maciel Parente oferecera à consideração das autoridades superiores na Iberia, ordenou-se a abertura das hostilidades. Luiz Aranha de Vasconcelos veiu de Lisbôa com a incumbencia de enfrentar o inimigo e pô-lo fóra da Capitania. Organizada a expedição, que contou com os melhores elementos, recrutados entre a gente da selva já orientada para entendimento cordial com os lusitanos graças à ação dos Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, Luiz Aranha dirigiu-se para o forte dos Mariocai. Não conseguiu siquer atacá-lo. Vindo em sua ajuda, com grossos cabedais humanos, ainda em maioria gentilico, Bento Maciel assumiu o comando das operações, que terminaram depois de sangrentos encontros com o desbarato total do inimigo, que se refugiou na ilha dos Tocujús, onde veiu a sofrer a derrota final. Um navio de grande porte, que procurou socorre-lo, foi igualmente atacado, incendiado e afundado já em aguas salgadas.

A partida não estava ganha. Os interesses mercantís dos estrangeiros, organizados em companhias sob o patrocinio e a direção de magnatas e figurões flamengos e inglêses, exigiam que a empresa continuasse. E a empresa continuou levando os homens do "Presepio" a novos esforços para manter-se sem interferências estranhas na colonia paraense.

Em 1625, Pedro Teixeira, com a cooperação de centenas de indios dos aldeamentos mantidos pelos Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, investiu e destruiu as feitorias e redutos do Xingú, onde se encontrava o principal nucleo, denominado Mandiatuba, e os do Cajarí. Quatro anos decorridos, ainda Pedro Teixeira voltava à luta, atacando a feitoria e casa forte do Torrego, que os estrangeiros mantinham na ilha dos Tocujús. Venceu. James Purcel, irlandês que comandava a praça, rendeu-se retirando-se para a Europa. A ilha dos Tocujús era uma posição de que se haviam enamorado os herejes. E tanto assim, que a ela voltaram. Feriram-se novos encontros, em consequência. Jacome Raimundo de Noronha enfrentou-os com exito. Feliciano Coelho, Ayres Chichorro e Pedro Baião de Abreu destruiram outro forte, o de Cumaú, na mesma ilha, destroçando os reforços inimigos que chegavam

da Inglaterra. Roger Fray, que dirigia o estabelecimento e os reforços, foi morto em combate. Ano de 1631.

Era o fim, realmente ? As embarcações holandesas não abandonaram de pronto o caminho do vale. Continuaram a vir relacionar-se em lucrativos negocios com a gentilidade do Marajó, sem, todavia, insistir na tentativa de plantar mais feitorias e posições fortificadas. Em 1639, porém, ainda se registrou encontro entre portuguêses e holandeses, que, ao se aproximarem de Gurupá, foram abordados pela guarnição da praça, sob o comando do capitão João Pereira de Caceres, caíndo prisioneiros o navio e a respectiva guarnição.

OS LINEAMENTOS INICIAIS DA ADMINISTRAÇÃO — Com a instalação do dominio, os portuguêses cuidaram imediatamente da organização dos serviços públicos, serviços de administração. Caldeira vinha com a patente de capitão-mór. Em consequência, era a maior autoridade da colonia. Tinha, de acôrdo com a ordem vigente, poderes que se ampliavam até a capacidade para fazer a guerra ao gentio, crear os nucleos de povoamento, prover os cargos funcionais, fazer construir embarcações, organizar as forças militares, conceder sesmarias, procedendo, enfim, como um governante, mas subordinado ao Governador Geral do Brasil, a quem dava contas de sua ação. Essa subordinação não implicava um impedimento de correspondencia e de subordinação imediata ao Reino. Mas não autorizava essa correspondência e essa subordinação com a larguesa que podesse permitir qualquer sentido de autonomia do capitão-mór.

Para cooperar com êle, foram aos pouco sendo nomeados outros funcionários, que iam dando à aparelhagem administrativa da Capitania paraense os seus lineamentos definitivos. Os primeiros providos foram os da provedoria de fazenda, a cujo cargo corriam os serviços do fisco, seguramente, nos primeiros tempos, de poucas obrigações, dado o pequeno vulto das operações de comércio. O capitão-mór vencia a anualidade de cem mil réis.

A subordinação ao Governo Geral, sediado óra em Olinda, óra na cidade do Salvador, dificultava de certo modo a promoção de providencias com a urgencia que se impunha numa região onde havia problemas graves a solucionar, como a luta contra o concurrente estrangeiro e a campanha contra o bugre, assanhado, em hostilidades ao conquistador iberico. As comunicações entre Belém e aqueles centros políticos, como

entre São Luiz e as mesmas cidades, eram dificeis. Ventos fortes atrazavam de muito a navegação entre as duas Capitanias do extremo-norte e o nordeste do Brasil. Os imperativos eram impressionantes. Gaspar de Sousa, numas interessantissimas "Lembranças", acêrca das coisas da região, sugerira a autonomia e uma série de providencias que viessem facilitar a ação de quem fosse mandado administrar as duas Capitanias. A 20 de Junho de 1618, S. M. ordenou a creação do "Estado do Maranhão", compreendendo essa Capitania até o Ceará e o Pará, que ficariam desligados de qualquer subordinação ao Brasil.

Essa autonomia, só, porém, em 13 de Junho de 1621, foi decretada, enquanto que a instalação do novo Estado apenas em 1626 se tornou realidade com a posse do primeiro Governador, Francisco Coelho de Coelho, que ficou residindo em São Luiz.

O Pará continuou Capitania de segunda ordem, agora recebendo ordens, para sua evolução, da autoridade maior do Maranhão. Para a bôa marcha dos negocios locais, os capitães-móres recebiam instruções particulares quando vinham entrar em exercicio, instruções que lhes indicavam as providencias mais urgentes no momento. Já antes de 1652, todavia, expedira-se um Regimento para os capitães-móres paraenses, estatuindo suas obrigações, de que se não podiam afastar sem estar cometendo grave falta política. Era a ordem juridica que se constituia, pondo a coletividade a salvo de violencias e numa garantia evidente aos seus direitos.

Nos primordios da colonização do Brasil, o governo português apelara para a energia e para o capital de seus homens de pról, com os quais iniciara o plano de divisão da terra, concedida a donatarios, com atribuições quasi feudais. No extremo-norte, a imensidade dos chãos, a necessidade de incorpora-los ao império sem o despendio dos mesmos esforços que custavam tão caro ao Estado, como que indicava um regresso ao sistema, que poderia dar frutos bem apreciaveis. Demais, havia necessidade de premiar a coragem dos que tinham realizado a façanha das jornadas de conquista e de combate ao estrangeiro concurrente. Bento Maciel Parente, em longo Memorial, endereçado à consideração do monarca, indicara um programa de concessão de Capitanias. Antes, Gaspar de Sousa, como recompensa aos serviços prestados no Maranhão, obtivera um lote, à sua escolha. Em 19 de Março de 1624, o governador do Estado ficou autorizado a crear Capitanias, concedidas a partir de 1627 : a Feliciano Coelho de Carvalho, a principio a do Caieté, depois a do Camutá; a Alvaro de Souza,

filho de Gaspar de Souza, a do Caieté; a Bento Maciel Parente, a do Cabo Norte; a Antonio de Souza Macedo, a do Marajó; a Gaspar de Souza Freitas, a do Xingú.

O Gurupá ficou constituindo uma Capitania para o Rei. Tinha capitão-mór de nomeação régia, com regimento especial, mas funcionava mais como registro de embarcações que subiam e desciam o Amazonas em operações mercantís.

A experiência feudal foi outro fracasso. Como sucedera no litoral brasileiro, na fase inicial, as Capitanias não conheceram progresso. Os donatarios não lhes ligaram a importancia devida, donde, no século XVIII, o governo lusitano tê-las incorporado ao patrimonio estatal. Foi exceção a do Camutá, cujo donatario nela fundou, para séde da administração, a vila de Santa Cruz do Camutá, no Tocantins, estabeleceu camara municipal, instalou povoadores, montou engenho de açucar. Foi a exceção, enquanto viveu nela o donatario. Porque ao seu regresso à Europa, manifestou-se decadência.

A IRRADIAÇÃO BANDEIRANTE — Era uma consequência natural da ocupação da bôca do Amazonas a penetração da hinterlandia que se começara a descrever como um novo velocino, um potosi de infinitas riquezas que os conquistadores e colonos deviam descobrir para o bem-estar da colonia e do próprio Reino.

Este perdia aos pouco os proventos rendosissimos do Oriente, até onde estava chegando a cobiça sem freios de concurrentes estrangeiros. Ante as noticias das riquezas em especiárias, de que se falava em relação ao Pará, por que não empreender a empresa da irradiação pelo interior na cata dessa matéria prima? Os colonos, por sua vez, estavam carecendo de braços para os ensaios agrícolas de suas propriedades, montadas nas cercanias de Belém. A gentilidade, abundante no interior, podia ser utilizada nos mistéres econômicos como braço para o trabalho. Por fim, a necessidade de combater o estrangeiro, que amanhã talvez viésse a ser senhor absoluto da colonia, impunha a expansão para oéste. E a expansão, condicionada por tamanhos imperativos, se processou com rapidez e animação.

As especiarias chamavam-se as "drogas do sertão", e constavam de cacáu, cravo, salsa, urucú, canela, baonilha. A colheita delas representou o fundamento econômico mais forte da expansão. Flotilhas, remadas pelo gentio acamaradado, atiraram-se pelo desconhecido recoletando-as afincadamente.

Como "Tropas de Resgates", para escravisar o bugre, e "Tropas de Guerra" expedidas contra os espanhóis, contra os próprios indios, mais de uma vez em armas contra o colono escravisador, tambem sertanejaram intensamente, participando da obra de reconhecimento e de incorporação da hinterlandia ao dominio português.

De quantas expedições penetraram o alto sertão, a mais famosa, pela repercussão que teve, pelo vulto dos elementos de que se aparelhou, pela extensão do territorio alcançado, pelo significado político que possuiu, pelos resultados que dela decorreram, foi a que Pedro Teixeira comandou em 1637-1639.

Governava o Pará o capitão-mór Ayres de Souza Chichorro, e o Estado, Jacome Raymundo de Noronha. Havia ordens regias para a exploração do rio Amazonas. Aproveitando a oportunidade da chegada de dois frades franciscanos, que haviam descido, do alto Maranon até Belém, descrevendo a côres fortes o que se escondia ás margens da grande arteria fluvial, Jacome de Noronha, despresando a opinião derrotista dos povos do Maranhão e do Pará, contrários à entrada, determinou que Pedro Teixeira subisse o rio procurando atingir o Vice-Reinado do Perú. O vencedor dos "herejes" habituara-se a empresas de alto porte. Estava já em seu genio a aventura pelo desconhecido, ao encontro do mistérioso e do dificil. A jornada de que o incumbia o Governador sabia admiravelmente bem à sua natureza desassombrada.

A 28 de Outubro de 1637, a bandeira fluvial, saindo de Cametá, se pôz em marcha, integrada por quarenta e cinco canôas, setenta soldados e um milheiro de indios. Os melhores cabos de guerra, os melhores sertanistas formavam o estado-maior de Pedro Teixeira : Bento de Oliveira, mestre de Campo; Felipe Cotrin, sargento-mór; Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, capitães da infantaria; Bento da Costa, piloto. Frei Domingos de Brieba, um dos franciscanos que tinham realizado a baixada, tambem acompanhava a partida. Pedro Teixeira levava a patente de Capitão-mór e General do Estado.

Foi uma entrada feliz. Depois de mil sucessos, Pedro Teixeira atingiu a capital equatoriana, de onde regressou para fundar, a 16 de Agosto de 1639, na confluência do Napo com o Aguarico, o povoado da Franciscana, que devia fronteirar, no vale amazonico, as duas nações ibericas, áto solene de que fez lavrar a conveniente áta, que recebeu a assinatura de religiosos espanhóis seus companheiros na descida para Belém. O feito de Pedro Teixeira garantia-lhe um titulo a mais, a acrescentar aos de que se ufunava como soldado das guerras

contra o estrangeiro e sertanista intrepido : o de bandeirante maior da Amazonia. Graças à sua entrada, revelava-se aos colonos de Belém um mundo novo, onde encontrariam de certo as riquezas que tanto ambicionavam e assegurava-se à expansão lusitano-brasilica um espaço gigantesco que estava até então fóra das cogitações legais das autoridades.

Como Pedro Teixeira, distinguiram-se, nessa penetração do interior, Bartolomeu Bueno de Ataíde, Pedro da Costa Favela, João de Bitencourt Muniz, Hilario de Souza de Azevedo, Inácio Corrêa de Azevedo, José Antunes da Fonseca, Diogo Pinto da Gaya, Francisco de Mélo Palheta, João Paes do Amaral, Belchior Mendes de Moraes, que deslocaram a fronteira tanto no norte como no oéste, tornando letra morta o que fôra estatuído no tratado de Tordesilas entre Portugal e Espanha.

Essa irradiação se fez quasi sempre ao arrepio da corrente, num lance de evidentes consequências imperialistas. Tão evidentes que ao atingir o Solimões, o alto rio Negro e o cabo do Norte, os sertanistas paraenses tiveram de chocar-se com espanhóis e francêses que procuravam tomar conta daquelas regiões para o patrimonio territorial de suas pátrias. Mas a posse lusitana foi mantida. No Solimões, até 1710, verificaram-se encontros com os missionarios espanhóis que se amparavam em destacamentos militares enviados para garanti-los. Na direção do cabo do Norte, para assegurar o dominio, que se estava realizando pacificamente, foram fundados os fortins do Desterro, Araguarí, Camaú e Parú. Mesmo assim, em 1697 De Ferrolle, da guarnição de Caiena, atacou as posições portuguêsas, apoderando-se de Camaú e Parú, de onde foi expulso pelas tropas paraenses, comandadas pelo capitão Francisco de Souza Fundão.

Em meiados do século XVIII, graças ao esforço dos sertanistas paraenses, a hinterlandia estava atingida em seus pontos mais distantes, permitindo a exploração econômica que se operava intensamente e o inicio de uma ocupação permanente, que se firmava na série de postos militares e nos fortins que se levantaram nos pontos de maior significação estratégica.

Nessa irradiação, prestara o sertanista um serviço relevante à geografia, com o reconhecimento dos grandes cursos, cujas aguas riscam a caracteristica mais forte da Amazonia : Tocantins, Xingú, Tapajós, Madeira, Araguarí, Parú, Nhamundá, Urubú, Negro, Branco.

Para essa irradiação tinham contribuido tambem bandeirantes da Paulicéa, chegados ao extremo-norte pelo Tocantins, pelo Tapajós e pelo Madeira, como, entre outros, Sebastião Paes de Barros, Pascoal Paes de Araujo, Antonio Raposo Tavares, Francisco Fernão Cardoso, João Pacheco do Couto, Jacinto de Sampaio Soares, Manoel Felix de Lima, José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, João de Souza de Azevedo, os quais se conduziram com a mesma intrepidez que os distinguiu noutras partes da colonia brasileira.

A AÇÃO MISSIONARIA — No Pará, desde a chegada, sentira o conquistador que a vida tinha de processar-se com a colaboração do gentio, num ambiente diferente dos demais que tinha encontrado no Brasil. A massa nativa era assombrosamente grande. Sem ela, ao seu lado, não seria possivel caminhar em qualquer tarefa. Mas para ter êsse bugre ao seu lado, aqueles processos de violencia que se adotavam, sob protestos régios e dos missionarios, talvez não provassem bem. Donde, de logo, se ter tido a compreensão de que havia necessidade imperiosa da vinda do catequista. Com Caldeira de Castelo Branco, chegavam os Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, que montaram casa no Una, a certa distancia do "Presepio". Chefiava-os Frei Cristovam de São José. Cercados da confiança geral, os Franciscanos tomaram a seu cargo a conversão do gentio. Ordens régias mandaram mesmo que a êles fosse atribuido aquele mistér, a que se dedicaram com absoluto exito, logrando organizar os primeiros aldeamentos, que valeriam de muito aos conquistadores quando êles tiveram necessidade de lutar contra o concurrente estrangeiro. Nesse periodo, os próprios Franciscanos comandaram destacamentos de nativos, recrutados nos aldeamentos que os padres organizavam, trazendo uma colaboração que mereceu louvores e agradecimentos régios.

Seguiram-se, aos Franciscanos, os Jesuitas, que tiveram dificuldades para instalar-se. Defensores imperteritos da liberdade do indigena, por onde passavam investiam sem mêdo contra as forças escravagistas, numa luta de retumbancia. No Pará, os colonos, como os colonos dos outros trechos do Brasil, procuraram impedir que a atuação fraterna, liberal, ds Inacianos, se fizesse sentir. Em 1636, Luiz Figueira realizou os primeiros trabalhos, tomando contácto com o meio, estudando os problemas regionais, indicando, por fim, um plano de ação. Em 1643, Luiz Figueira regressara com quatorze companheiros, mas naufragara na baía do Sol, perdendo a vida quasi todos os que integravam a falange a cujo cargo estaria o inicio da obra catequista.

João de Souto Maior e Gaspar Fragoso, vindos em 1652, deram principio efetivo à missão evangelizadora, que prosseguiu em meio a tremendos embaraços, creados por autoridadse civis e pelos colonos, contrariados em seus interesses escravagistas.

Os Carmelistas, os Mercedarios, os Capuchos da Piedade, os frades da Conceição da Beira e Minho, chegando após os Franciscanos de Santo Antonio e os Jesuitas, como aqueles agiram com amor e entusiasmo na conversão do gentio, conseguindo triunfos assinalaveis. Visitando os altos rios, penetrando regiões onde os cristãos ainda não tinham chegado, muitas vezes adiantando-se aos sertanistas, conciliaram centenas de tribus que se guerriavam, amansaram centenas delas, modificaram o sistema de vida que viviam, ensinaram-lhes os ideais da cristandade. Fizeram trabalho civilizador com uma abnegação verdadeiramente admiravel.

Carmelitas e Jesuitas, de todos, foram os que produziram com mais intensidade. Em 1751, havia no Pará, inclusive o territorio que mais tarde comporia o Estado do Amazonas, então distrito componente da Capitania paraense, sessenta e três aldeias onde os missionarios das Ordens a que nos referimos ensinavam aos indios o trabalho organizado, artes e oficios mecanicos, levando-os a lavrar a terra e a ter um lar à moda dos homens que chegavam da Europa. Num regime de disciplina absoluta, os indios passaram a conhecer prazeres menos materiais, a ter aspirações mais espiritualizadas, perdendo o instinto nomadico, o espirito belicoso, o animo despreocupado. O regime das missões trouxe progresso ás zonas em que elas estavam situadas, progresso constatado por funcionários que o governo reinól mandou mais de uma vez em missão reservada para conhecer das condições em que elas viviam, principalmente o estado de indigena : havia ordem e trabalho.

A LUTA PELA LIBERDADE — Essa girou em tôrno do braço do indio. O colono não sabia dar um passo sem o esforço, a contribuição gratuita do gentio, que êle escravisava sem dó nem piedade. Encontrara a instituição entre as próprias tribus. O sistema vinha das outras Capitanias, onde tambem se aproveitava a energia do nativo para todas as empresas de caráter econômico ou não. No Pará, quando os missionarios e as autoridades civis meteram ombros a grande empresa da libertação da raça nativa, os protestos surgiram, agitando a

Capitania durante dois séculos. Donde a frase de um historiador conspicuo : "A luta dos colonos com as ordens religiosas, por amor da liberdade dos indios, é quiçá a feição dominante da história paraense".

O primeiro episodio ocorreu quando Frei Cristovam de Lisbôa, despachado de Lisbôa com poderes para dirigir o tratamento liberal do indio paraense, procurou pôr em execução o alvará de 15 de Maio de 1624, que, na realidade, apenas vinha ratificar átos anteriores de monarcas portuguêses e espanhóis mandando proíbir a escravisação e considerar o indio como um ser humano igual aos europeus. Frei Cristovam sofreu a demonstrações de hostilidade do povo em Belém, exaltado com a possibilidade de vir a perder a mina que se habituara a explorar. A edilidade belemita, falando em nome da população, investindo-se de poderes de que não podia investir-se, impediu o cumprimento do alvará régio. Era uma manifestação francamente rebelde, mas, nem as autoridades administrativas nem o próprio frade tiveram meios de conduzir a situação sem graves comoções, pelo que aceitaram o pronunciamento popular, deixando de adotar a legislação régia.

Se os Franciscanos cederam ante o protesto popular, já não ocorreu o mesmo com a gente da Companhia de Jesús, milicia que se habituara a lutar e a não ceder senão diante da força material. E tanto assim, que, a começar de 1652, quando se estabeleceram em Belém João de Souto Maior e Gaspar Fragoso, os incidentes se abriram porque aos Inacianos se rodeava da suspeita de se não quererem submeter ás exigências dos colonos.

Uma abundantissima legislação, que em 1686, em 21 de Dezembro, foi consolidada no Regimento das Missões, deu quasi sempre ao indio o direito de viver em liberdade, atribuindo, todavia, aos Religiosos, principalmente aos Jesuitas, a missão de velar por essa liberdade, assistindo-a para que não houvesse desregramentos, licenças e violações. Mais, confiando à Companhia a atribuição de zelar pela civilização do indio.

Em 1627, Bento Maciel Parente propuzera a introdução do sistema do "repartimento", usado nas colonias espanholas. Não interessara a sugestão. Os colonos, por protestos escritos, por demonstrações violentas, muitas vezes facilitados, garantidos mesmo nessas atitudes por alguns capitães-móres e Governadores, não desistiram da campanha a que se lançaram para escravisar. Custava-lhes aceitar uma doutrina que vinha perturbar, destruir a econômia que êles procuravam organizar em proveito de sua fazenda, o que no fim de contas era tambem em favor da fazenda do Estado. Sem o indio, êles nada

podiam realizar. A introdução do braço negro fazia-se quasi a mêdo. Não havia recursos para adquirir as peças africanas, solicitadas pelo nordeste. E a econômia paraense, então, repousava na colheita das especiarias, o que era encargo do gentio, conhecedor delas, como ninguem, e dos sitios onde encontra-las.

A contenda, com a chegada do padre Antonio Vieira, que chefiava a obra missionaria em todo o extremo-norte, do Pará ao Ceará, tomou corpo. Vieira enfrentou os colonos de viseira erguida. Condenou-lhes as atividades escravistas. Atacou-os sem mêdo. Como era natural, desencadeou-se a ofensiva contra a Companhia que precisava apoiar-se em bôas provas para triunfar sobre a vontade da coletividade colonial.

A luta foi forte. Com vitórias momentaneas para os colonos, que enviaram emissarios ao Reino, munidos de credenciais para acusar os Jesuitas, envolvendo-os numa ofensiva energica, apadrinhada por quanto desaféto da Ordem tinha posição na Côrte. Em 1661, a tensão atingira o auge Uma rebelião em São Luiz, teve éco em Belém, amotinando-se o povo contra os Inacianos, que foram expulsos da Capitania, com êles Antonio Vieira. Sucede, porém, que em Gurupá o respectivo comandante agasalhara os Inacianos que haviam abandonado as aldeias fugindo ás violencias dos colonos, perturbando destarte o programa dos jesuitofobos. Depois de mil peripécias acomodara-se a gente de Belém, não sem antes ter tomado atitudes que revelavam um animo francamente desrespeitoso à vontade real.

Essa agitação estava, porém, apenas suspensa. Porque pouco depois, à execução dos alvarás de 12 de Setembro e 18 de Outubro de 1663, voltou a verificar-se comoção popular, dado que êsses alvarás mantinham a liberdade do indio e mandavam que os Religiosos das várias Ordens que missionavam na Capitania exercessem o mistér catequista para defesa da liberdade do gentio.

Entre 1667 e 1678, feriram-se novos incidentes. No governo de Cristovam da Costa Freire, que decorreu entre 1707 e 1718, houve como que um equilibrio de forças. O Governador contemporizou : se não se pôz de todo equidistante dos dois grupos em choque, agiu com certa serenidade, conseguindo merecer a simpatia de ambos. Foi habil. Já não sucedeu o mesmo a seu sucessor, Bernardo Pereira de Berredo, que se declarou pelos colonos, protegendo-os abertamente, dedicando-lhes a sua pena e prestigio, mesmo depois que deixou a administração do Estado.

João da Maia da Gama colocou-se ao lado dos Jesuitas.

Quasi que podemos dizer que lutou por êles, tal a atitude que assumiu contra a preocupação desumana dos colonos. Durante sua gestão, a campanha contra a Companhia crescera de vulto, pela interferência dos desafétos dela, pela ação que desenvolveu no Reino o procurador das camaras de São Luiz e Belém, um Paulo da Silva Nunes, que, para tal, encontrou a proteção de Berredo. O Governador Maia da Gama foi denunciado. Defendeu-se vivamente, com bôa documentação. No governo de Alexandre de Souza Freire, voltaram a carga os inimigos da Companhia, que teve de invocar novamente as suas ações, os resultados beneficos que dela advinham para as populações nativas e no fim de contas para o próprio Estado, que progridia graças a êsse trabalho de pacificação e de organização. Souza Freire, a principio guerriado pelos Loiolistas, acabou com êles se entendendo, o que já não sucedeu com José da Serra, que lhe sucedeu na curul administrativa.

Até então as acusações contra os Jesuitas tinham sido resolvidas no Reino, mediante as devassas que alí se abriam e alí se encerravam apenas ouvidas as partes, por seus procuradores e as informações prestadas pelos governadores e pelos capitães-móres. Agora, porém, ante o volume sempre crescente das acusações, de que os Inacianos se serviam dos indios para satisfazer suas empresas comerciais, aliás proíbidas por Sua Magestade e pelos Gerais da Companhia, não cumpriam as várias obrigações decretadas pelo monarca, entre elas a de ensinar oficios e lingua portuguêsa aos catecumenos, negavam-se a permitir a visita paroquial dos Bispos, recusavam-se a pagar os dizimos a que todos estavam sujeitos no tocante ao que produziam, deliberou o Conselho Ultramarino dirigir um inquerito in loco. O desembargador Francisco Duarte Freire foi encarregado da missão. Ano de 1734. O desembargador ouviu gregos e troianos. Fez o inquerito sem paixão. Pesou tudo com balança sem vicios. E de seu relatório saiu a absolvição dos Jesuitas, que não eram os homens sem honra, os funcionarios que se desmandavam como constava dos papeis escritos contra êles. Ao contrario, sem a ajuda deles, seria um fracasso a experiência que os lusitanos estavam realizando para crear, nos tropicos sul-americanos, um centro de civilização.

Antonio Vieira, mais de uma vez, pulverizara uma a uma as queixas dos colonos. Jacinto de Carvalho e Bento da Fonseca, com abundante e impressionante documentação, por seu lado, tambem haviam esmagado as misérias que se atiravam contra seus companheiros. Não satisfaziam essas razões. Não eram bastantes. E tanto não eram bastantes. que, se nos

governos de João de Abreu Castelo Branco e Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, não houve incidentes de vulto, nem por isso amainara ou passara mesmo o vendaval. Com o advento de Pombal, a Companhia de Jesús cessaria sua atividade no vale amazonico, com grandes danos para a civilização regional e sem solução prática para a condição do nativo.

A EVOLUÇÃO POLÍTICA — Não decorreu calma a vida político-administrativa do Pará durante os seus primeiros cem anos. Podemos mesmo dizer que houve uma turbulencia permanente, que deu à região um ar rebelde, agressivo que, realmente, não conheceu a intensidade que a primeira impressão pode permitir.

Já vimos, paginas atraz, como principiara a organização político-administrativo. Os incidentes em que estiveram envolvidos os capitães-móres que vieram logo após Caldeira de Castelo Branco, deram de logo sinál de que seria necessaria muita energia para evitar a anarquia entre os colonos. De envolta com o problema da dominação do gentio e a expulsão dos concurrentes estrangeiros, essa intranquilidade dos colonos podia comprometer e talvez destruir a colonia que se principiava com tanto esforço. Baltasar Rodrigues de Mélo, aclamado para conduzir a Capitania no impedimento de Caldeira, governou até a chegada de Jeronimo Fragoso, sem malquistar-se com o pessoal do "Presepio". Já Fragoso teve incidentes com Bento Maciel Parente, que se lhe negou a render obediencia no negocio das guerras aos Tupinambás. O falecimento de Fragoso deu o poder a Matias de Albuquerque, por nomeação que aquele fizera, antes de morrer, para todos os seus impedimentos e ausencias. Impugnada, todavia, a nomeação, assumiu o governo Custodio Valente, acessorado por Frei Antonio de Merciana, escolhidos ambos pelos que tramaram a quéda de Matias. Aos dois, veiu pouco depois juntar-se Pedro Teixeira, cujos partidarios demonstravam malestar pela exclusão que dele se fizera. Teixeira ficou, a seguir, com a direção da cousa pública sem mais companheiros, tendo, porém, de enfrentar Bento Maciel Parente, que se atribuia direitos ao cargo. A contenda esteve para decidir-se a mão armada. Teixeira, energico, dispondo da confiança da coletividade, disposto a reagir, conseguiu que Bento abandonasse os planos de alteração da ordem e se retirasse para o Maranhão. Ano de 1621. A 18 de Julho, nomeado capitão-mór do Pará, era a vez de empossar-se Bento Maciel,

que obtivera o posto em paga aos serviços prestadas na luta contra os Tupinambás.

Seus sucessores foram, até 1751 : Manoel de Souza d'Eça, Feliciano Coelho de Carvalho, Luiz Aranha de Vasconcelos, Jacome Raymundo de Noronha, Antonio Cavalcante de Albuquerque, Luiz do Rego Barros, Francisco de Azevedo, Ayres de Souza Chichorro, Feliciano de Souza Menezes, Manoel Madeira, Pedro Teixeira, Francisco Cordovil Camacho, Paulo Soares de Avelar, Sebastião Lucena de Azevedo, Inácio do Rego Barreto, Pedro Corrêa, Luiz Pimente de Moraes, Feliciano Corrêa, Marçal Nunes da Costa, Francisco de Seixas Pinto, Antonio Pinto da Gaya, Manoel Guedes Aranha, Paulo Martins Garro, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Hilario de Souza de Azevedo, João Velasco de Molina, Pedro Mendes Tomaz, João de Barros Guerra, João Velho de Azevedo, Antonio Marreiros, Antonio Duarte de Barros, Custodio Antonio da Gama, João de Almeida da Mata.

O Senado da Camara de Belém, por duas vezes dirigiu a Capitania : entre 16 e 28 de Fevereiro de 1640 e 15 de Setembro de 1642 e 28 de Julho de 1646. Luiz do Rego Barros e Antonio Cavalcante de Albuquerque, Ayres de Souza Chichorro, Feliciano Corrêa, Antonio Pinto da Gaia e Marçal Nunes da Costa governaram mais de uma vez. Ayres de Souza Chichorro teve mesmo três vezes a posição de capitão-mór da Capitania.

Entre 1652 e 1655, ex-vi do rescrito de 23 de Fevereiro de 1652, o Pará estivera desligado do Estado do Maranhão, possuindo, em consequencia, Governador, que acumulava as funções de capitão-mór : Inácio do Rego Barreto, Pedro Corrêa, Senado da Camara de Belém e Ayres de Souza Chichorro. Dessa data em diante, regressara à condição de Capitania subordinada, cujos Governadores e Capitães-Generais mais de uma vez assentaram a séde do governo na cidade de Belém, apesar de ordens terminantes para que a capital do Estado fosse São Luiz. Artúr de Sá e Menezes, por exemplo, foi, em 21 de Dezembro de 1686 e 14 e 23 de Maio de 1688, advertido porque transferira a residencia governamental para Belém.

E' preciso tambem registrar que vários desses capitães-generais do Estado dedicaram atenção especial ao Pará, distinguindo-se mesmo mais como governadores da Capitania. Entre êles, cumpre destacar Francisco Coelho de Carvalho, Ruy Vaz de Siqueira, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Cristovam da Costa Freire, João da Maya da Gama, Alexandre de Souza Freire, João de Abreu Castélo Branco, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão.

Nesse interregno, a sucessão dos capitães-móres fizera-se algumas vezes em meio a excessos, sem atenção à lei. Assim, Luiz do Rego, quando veiu empossar-se pela segunda vez, encontrou a oposição declarada do povo que o intimou a não tentar o governo, desrespeitando-o ás proximidades da matriz de Belém. Essa oposição já o obrigara, uma vez, a retirar-se para São Luiz.

A Camara Municipal de Belém, por seu lado, ajudando na intranquilidade que, de certo modo, caracterizou a vida paraense nesse periodo histórico, tomou atitudes algumas vezes imprudente, inteiramente fóra de suas obrigações e competencia. Nos incidentes acêrca da liberdade do gentio, a camara belemita assumiu posição de franca rebelião. Desatendeu a considerações legais de capitães-móres e Governadores, desconheceu do império de leis decretadas por Sua Magestade, mandou procuradores á presença real para reclamar contra os missionarios, exaltou-se incessantemente contra tudo que entendia contrario aos interesses da coletividade que representava. Foi, é certo, a certos aspectos, uma força organizada contra os desmandos governamentais, a opressão política da côrte, na defesa do que julgava compôr o patrimonio de liberdade dos povos. Pleiteando por seus jurisdicionados, essa camara foi agente de um liberalismo que ainda não estava perfeitamente definido. Mas, em ultima analíse, provocou turbulencias que prejudicaram a bôa marcha dos negocios públicos.

A vida político-administrativa do Pará, durante os primeiros cem anos, constituiu, em consequência, uma irrequietude sensivel. O direito colonial, mandando aplicar no vale, assentou, principalmente, em medidas punitivas, em proíbições, explicaveis em parte por êsse estado de nervosismo que andava no ar. Nervosismo que determinou até o atentado contra a vida de um Governador, José da Serra, que morreu envenenado, acusando-se da façanha os inimigos que conquistara à sua passagem pela governança do Estado.

O PROGRESSO DA CAPITANIA — Apesar de toda essa comoção, de todo êsse agir sem regra, a Capitania conheceu progresso. Naturalmente um progresso lento, emperrado pelas possibilidades do meio, pela exiguidade da população, pelas dificuldades de comunicações com centros mais prosperos, pela falta de estimulo que colonos e governantes possuiam.

Assim, em 1618, ao que se depreende das cartas e memoriais do Padre Manoel Figueira, vigario de Belém, frei Cris-

tovam de São José e Frei Antonio de Merciana, tudo estava por fazer no burgo belemita. Já em 1637, conforme se lê dos memoriais de Bento Maciel Parente e Jacome Raymundo de Noronha, as coisas se tinham modificado. Havia ainda pouco bem-estar para os colonos. Mas se saía daquela rusticidade primitiva, impressionante, que se advinha à leitura das informações que antes se prestavam para o Reino. Pela descrição de Mauricio de Heriarte, datando possivelmente de 1662-1667, a essa altura já se podia falar em relativa melhoria de condição de vida. Belém concentrava então quatrocentos moradores, afóra os que se localizavam pelos sitios e roças da vizinhança. Sete engenhos movimentavam a econômia local, tambem caracterizada por plantações de algodão, tabaco, cravo e canela. A cidade se não queixava de falta de alimentação. Havia muita fruta e muito mantimento próprio da terra.

Uma pequena nobresa empunhava o bastão da edilidade e da milicia, defendendo com muita altivez as prerrogativas que lhe haviam sido conferidas. Os senhores de engenho, isentados de participar dos trabalhos de vereação, como que constituiam uma classe acobertada por privilegios. O áto régio de 20 de Julho de 1655 concedera uma importante mercê aos homens de Belém : igualara-os aos cidadãos da invicta cidade do Porto, o que queria dizer que não estavam sujeitos à prestação de serviço militar, não podiam ter os bens penhorados, usufruiam o direito de andar armados dia e noite e ficavam no mesmo pé de igualdade aos fidalgos, "infanções e ricos homens". Êsse titulo de que se ufanavam, mais de uma vez estiveram a pique êsses povoadores de perde-lo, ante certas atitudes que assumiram e desagradaram profundamente no Reino.

No cumprimento de seus deveres funcionais, os vereadores belemitas eram de um rigor a toda prova. Preocupados com o asseio de sua cidade, multavam, sem dó nem piedade. quanto morador se descurava com a limpeza da parte externa da casa de moradia. Considerando-se a força propulsora do progresso da Capitania e invocando as velhas razões que davam às edilidades portuguêsas a capacidade para pleitear quanto interessasse o bem-estar coletivo, o Senado da Camara de Belém correspondeu-se intensamente com S. Magestade, com o Conselho Ultramarino, sugerindo providencias, indicando planos de ação, reclamando contra medidas atentatórias das liberdades públicas ou perturbadoras do progresso da Capitania. Em 1721, solicitava médico para a cidade; em 1693, escravos africanos para satisfazer premente necessidade de braços habilitados na lavoura; em 1693, navios para conduzir a produção

da colonia; em 1705, frétes menos pesados.

O burgo belemita fôra condenado por técnicos como mal localizado. André Vidal de Negreiros sugerira, em 1655 a trasladação para a ilha do Marajó. Ouvida, por ordem real, a camara manifestara-se contra.

Desde 1640 funcionva na cidade uma escola para os filhos dos moradores, creação devida aos Mercedarios, que ensinavam tambem, com aprovação real, "Latim e Bons Costumes". Os Carmelitas mantinham curso de filosofia, teologia, moral, solfejo e cantocham. Além das igrejas levantadas ao lado dos conventos de Franciscanos, Carmelitas, Mercedarios, Jesuitas, estavam abertas ao culto a matriz e as igrejas de São João e Nossa Senhora do Rosario, mantidas pela esmola dos moradores.

Durante os primeiros cincoenta anos do século XVIII, ainda mais se alterou a fisionomia social e material da Capitania. Belém cresceu, espraiando-se por sobre trechos novos que foram sendo incorporados à cidade e compuzeram um bairro novo, chamado a "Campina". Realizaram-se trabalhos de preparo de um cáis que aguentasse a frente da cidade, ameaçada pelas aguas da baía do Guamá. Os conventos das Ordens a que nos referimos perderam o ar primitivo, acanhado, que apresentavam. Deu-se residencia de bom porte aos Governadores e casa para a Camara Municipal mais de acôrdo com a significação dos poderes que representavam. A população aumentou visivelmente. Em 1750, um censo acusou a existência de mil chefes de familia. La Condamine, que visitou a Capital da Capitania em 1743, admirou-se de seu porte grandioso, de suas ruas alinhadas, de seus edificios, de sua graça envolvente, de seu povo comunicativo : "une grande ville" dos rues bien alignées, des maisons riantes, la plupart rebaties depuis trente ans en pierre e en moilon, des Eglises magnifiques".

No interior, Cametá, Gurupá, Vigia, congregavam as populações não indianas das missões. Possuiam bôas igrejas, conventos, escolas de primeiras letras para os filhos dos moradores. Em Gurupá os Frades da Piedade mantinham tambem uma enfermaria, que atendia a guarnição e moradores. No vale do Tocantins, distrito de Cametá, começava a constituir-se, instalada nos sitios que se abriam na floresta mediante a sesmaria concedida a larga a quem a requeresse, uma pequena sociedade rural, de gestos afidalgados, viver confortavel. Nos outros cursos fluviais das cercanias da capital, observava-se identico movimento social.

Os dizimos de Belém, em 1617, dirétamente coletados pela fazenda real, tinham rendido 47$000. Em 1697, pelo sistema

da arrematação, adotado em toda a colonia lusitana da America, rendiam : os dos frutos da terra, 10050 cruzados e o do cacáu e do cravo, 24000. Em 1800, acusavam as rendas públicas estes algarismos : 479:240$813.

Fortins em Gurupá, Parú, Santarém, Obidos, São José do Rio Negro vigiavam a passagem das embarcações que subiam o Amazonas, garantiam os sertanistas e documentavam a existência de uma soberania da qual se não podia duvidar ou menoscabar. Nesse particular e com essa finalidade maior, havia em Macapá uma casa forte, a cuja sombra Franciscanos de Santo Antonio e Jesuitas tinham realizado a conversão de bandos indigenas, impedindo, destarte, que os francêses de Cayena os viessem seduzir. Ainda dentro dessa finalidade, capitães de costa, como aqueles dos primeiros trinta anos do Brasil, percorriam o litoral entre a fóz do Amazonas e o Oiapoc, de olhos abertos sobre os francêses que nunca deixaram de tentar descer sobre a margem esquerda do Amazonas. Regulando essa fiscalização, além de instruções de quando em vez baixadas aos capitães de costa, um dos quais foi Francisco de Mélo Palheta, decretara-se um "Regimento de Fronteiras", contendo todo um plano de ação para a defesa das extremidades da Capitania.

OS PRIMEIROS TEMPOS DO BISPADO — Foi durante êsse periodo histórico que, para as coisas da religião, Portugal e o Papado crearam o Bispado paraense. Em 1684, Pedro Segundo pleiteou, junto à Santa Sé, a creação do Bispado, indicando para o mitrado Frei Manoel da Natividade, franciscano que se encontrava a essa altura à tésta de seus irmãos da Provincia de Santo Antonio em Belém. A providencia pleiteada não se efetivou, à intervenção do Bispo do Maranhão, que tinha alçada sobre o territorio paraense. Em 1713, porém, a camara belemita peticionou a D. João V, para que o velho projéto fosse executado. D. João satisfez o pedido de seus subditos, dizendo-lhes que ficava em sua lembrança a medida solicitada. E efetivando a promessa, em 1718 atuou perante o Papado, conseguindo que no ano seguinte, pela Bulla de 4 de Março, Clemente XI atendesse o anceio dos paraenses. O primeiro Bispo, sagrado em 22 de Dezembro de 1720 na igreja patriarcal de Lisbôa, foi Frei Bartolomeu do Pilar, que fez entrada triunfal, na capital da Capitania, em meio a estrondosas manifestações populares e oficiais, a 16 de Setembro de 1724.

Frei Bartolomeu, como era natural, entregou-se à organi-

zação de sua igreja, pobre e quasi que reduzida à paroquia de Belém. O clero existente estava todo inscrito nas Ordens várias que missionavam no interior. Cléro secular, portanto. O cléro regular tinha de vir de fóra, como veiu, na companhia do Antistete. Trabalhador, humilde, virtuoso, Frei Bartolomeu dedicou-se com fervor ao santo mistér que lhe cabia. Visitou os nucleos da hinterlandia, instalou a freguezia de Santana, num bairro que se povoava na cidade de Belém. Seu sucessor, depois de um longo periodo "séde vacante", foi Frei Guilherme de São José, como êle todo interesse e amor pelas cousas da diocese. Como êle, tendo necessidade de impôr sua autoridade sobre certos religiosos, que, por pertencerem a Ordens, entendiam estar fôra da jurisdição do Bispo e, em consequência, não aceitavam suas determinações no tocante ás obrigações paroquiais querendo mesmo escapar ás visitas dos Prelados.

O PROCESSO ECONÔMICO — Nos primeiros tempos, descoberta a existência de especiárias excelentes, que já vimos constantes de cacáu, baonilha, cravo, canela, salsa, urucú, sementes oleoginosas, puxurí, raizes aromaticas e madeiras otimas para construção, os colonos lançaram-se sofregamente à colheita delas. No Oriente havia já grandes dificuldades em obter as ricas especiarias que tinham determinada a conquista guerreira daqueles velocinos. A descoberta das riquezas paraenses seriam talvez um alento para o Reino, que não podia esconder seu desapontamento em face da derrota no Oriente.

Uma centena de ordens régias, de instruções do Conselho Ultramarino, que se podem lêr nos arquivos portuguêses e de Belém, nesse periodo, convocou os colonos à empreitada do desbravamento da hinterlandia para a colheita do que ficou sendo chamado a "Droga do Sertão". Pode-se mesmo afirmar que a explicação da irradiação rápida que se realizou em direção ao oéste do vale encontra-se no interesse que despertou a caça à "Droga", encontrada abundantemente e procurada não menos abundantemente pelos mercados europeus.

As "Drogas", no entanto, precisavam ser cultivadas. O exemplo dos inglêses e holandêses que nos principios de XVII já trabalhavam no mistér nas feitorias montadas à margem do Amazonas, acaso não seria uma lição valiosa ? Em meio ás ordens expedidas para realizar a colheita das especiarias, veiu tambem a de planta-las para que não se tivesse de lamentar mais tarde a perda de mais uma conquista econômica. O colono, ante o convite, ante a perspectiva de manter a posição financeira, meteu ombros o negocio, lavrando a gleba com o gentio, mobilisado, escravisado para todos os mistéres que se estavam realizando.

Além das "Drogas", plantadas a tal ponto que em 1731 um colono solicitava, ao governo lisboeta, o pagamento das mercês e ajudas, a que se obrigara o Estado, ao lavrador que cultivasse as especiarias e êle plantara 18900 pés de cacáu, começava-se a cultura de espécies alienigenas, experimentadas com absoluto sucesso : café, cana, anil, algodão, tabaco.

O café fôra trazido da Guiana Francêsa por Francisco de Mélo Palheta, um sertanista paraense que, sem o imaginar, introduzia na colonia o elemento que garantiria, pelos séculos afóra, o poder econômico brasileiro. E soubera tão bem no Pará, que seu cultivo se intensificara, como o do cacáu, dando margem a que a Camara Municipal de Belém se dirigisse a Côrte para que fosse proíbida a entrada de similar estrangeiro no Reino, pleito em que só foi atendida em 1743.

O sub-sólo, segundo o lendario do nativo, permitia grandes esperanças. Várias expedições se puzeram em marcha para descobrir os Potosis que se imaginavam no sertão, tudo resultando infrutiféro. Demais, cartas régias e alvarás proíbiram que os colonos desviassem atenção de suas ocupações agrícolas para a procura de minerios. Um Francisco Porflix, acompanhado de técnicos, subiu e desceu rios, no empenho de descobrir ouro, entre 1710 e 1727, sem resultados positivos.

No tocante ás manufaturas, no Pará elas se foram desenvolvendo com muito vagar. Produzira-se logo o açucar, a aguardente e o fumo. A aguardente, viciando o indio, foi proíbida. Embora, em 1751 funcionavam quarenta e duas engenhocas. O anil, o breu, as madeiras, foram sendo beneficiadas por meios rusticos. Fabricava-se tambem manteiga e farinha. Esta em quantidades imensas. Porque constituia o fundamento da alimentação do bugre e, com o decorrer do tempo, do próprio colono.

Para operações tão grandes, sentia-se a necessidade de ampliar o povoamento. Algumas dezenas de degregados foram mandados para o Pará. Pequeno grupo de casais açorianos, veiu tambem em 1667 e 1676. Escravos africanos não podiam chegar em porção suficiente, dada a pobresa dos habitantes. Mesmo assim, a Companhia do Comércio do Maranhão, entre 1682 e 1685 introduziu algumas peças.

O CICLO POMBALINO — Com o advento de Pombal, o

Pará começou a viver outro clima, passando por transformações violentas que lhe modificaram sensivelmente a paisagem. Para começar, foi desligado de toda e qualquer subordinação ao Maranhão, que perdeu a situação previlegiada que mantinha passando a constituir Capitania subordinada ao Pará. Creava-se assim o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém. Primeiro Capitão-General, titulo que se atribuiu aos novos governantes, foi o irmão do próprio Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mandado para a alta administração com instrução especialissimas, algumas de caráter reservado.

A época era de transformações quasi radicais por todo o mundo. O despotismo esclarecido revolucionava, com o advento de mil formulas para conduzir os povos, fazer progredir as nações, dar nova direção à coisa pública. Pombal, um dos homens que integraram essa época histórica, agitou o Reino português e seu império ultramarino, operando modificações, em todo o sêr nacional, que lhe conquistaram admirações e desafeições tremendas.

No Pará essas transformações atingiram todos os setôres do organismo da antiga Capitania. Além de Mendonça Furtado governaram o Estado, nessa fase dinamica, Frei Miguel de Bulhões, Manoel Bernardo de Mélo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e João Pereira Caldas, legitimos agentes da vontade do poderoso ministro.

As Capitanias hereditarias, abandonadas por seus respectivos donatarios, foram encorporadas ao patrimonio real. No alto sertão havia premente necessidade de manter autoridades que velassem pela ordem, acautelassem os interesses lusitanos ante a desenvoltura imperialista de Espanha e comunicassem à hinterlandia um pouco da seiva do litoral. Pela carta régia de 6 de Março de 1755 foi creada a Capitania de São José do Rio Negro, origem política mais distante do atual Estado do Amazonas. Essa Capitania, cujos limites ficaram fixados em 10 de Maio de 1757 por Mendonça Furtado, teve por capital o antigo aldeamento de Mariuá, dos indios Manáo, missionados pelos Carmelitas, aldeamento solenemente elevado a vila sob o nome de Barcelos. Seu primeiro governador foi um sobrinho de Pombal, Joaquim de Mélo e Povoas.

Para completar o equipamento do Estado, ás sugestões dos Capitães-Generais, Pombal creou mais : uma Ouvidoria autonoma na Capitania do Rio Negro, a Intendencia Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, o Juizado de Fóra de Belém e uma Junta de Fazenda, que substituiu a Provedoria dos Contos.

O problema do indio era ainda o que prendia atenção mais forte. Porque, na realidade, constituia o problema do qual derivavam todos os demais na região. Como vimos atraz, não se obtivera para êle a solução precisa. Pombal, cuja preocupação maior fôra a posse de um poder absoluto e unico, encontrando nos Jesuitas uma força disciplinada que não obedeceu ás suas intenções e vontades, entendeu resolver o problema do gentio dando-lhe liberdade total, livrando-o do colono que o escravisava e tirando-o dos missionarios que o catequisavam e traziam ao gremio da Egreja e do Estado. Os Jesuitas constituiam, evidentemente, a grande milicia catequista com que contavam Portugal e outras nações do império ultramarino Tirando o gentio da influencia do catequista, necessariamente estava a Companhia de Jesús sem seu maior titulo de gloria e de prestigio.

A proposito das demarcações das fronteiras com as colonias espanholas, Mendonça Furtado incidentou com os Jesuitas. Acusou-os de mil maquinações contra o bom andamento das operações. Acusou-os de mil maquinações para dificultar-lhe o governo. Acusou-os de projétos ocultos contra a integridade do Estado. Pombal, aproveitando a oportunidade, que se abriu com uma série de outros incidentes, entre êles as duvidas que surgiram entre os demarcadores portuguêses do sul do Brasil e os Inacianos que catequisavam na fronteira sul da colonia, mandou expulsar do Pará vários loiolistas. Vexou-os com várias providencias punitivas. Tirou-lhes, por fim, mediante um decreto régio, de 6 de Junho de 1755, o poder temporal que se lhes atribuira. A consequência imediata foi o protesto dos Jesuitas, enquanto as demais Ordens, tambem atingidas pelo áto inabil, cederam sem uma divergência com a vontade do ministro e seus delegados no Estado.

Mendonça Furtado, que representava como ninguem essa vontade do mano poderoso, onipotente, pondo em execução o áto régio que dava ao inicio a condição social e política de cidadão, com capacidade para agir como os colonos, capacidade, já se vê, apenas decretada mas muito longe da realidade pela natureza sempre primária, sempre infantil, sempre ingenua do selvagem, procedeu a uma revisão integral dos padrões de vida. Seja no setôr político, seja no setôr social e economico. Elevou os antigos aldeamentos de missionários à condição de vila. Os mais prosperos. Aos menos prosperos, deu a situação de povoados. Naqueles passava a funcionar uma Camara Municipal, cujos vereadores foram tirados da massa indigena. Nestas, havia um diretor, geralmente um colono falhado em seus mistéres particulares ou um soldado a que se dava baixa da

tropa. Para a realização do plano de elevamento do nivel mental do gentio, organizou um regimento especial, cuja raiz foi o antigo "Regimento das Missões". O "Diretorio", nome por que ficou conhecido o novo regimento, aprovado por S. Magestade, dava aos diretores amplos poderes e obrigações que, em ultima analise, impunham a civilização do bugre, a prosperidade dos nucleos.

As vilas creadas foram : Macapá, Oeiras, Melgaço, Portel, Arraiolos, Esposende, Almeirim, Monte Alegre, Alter do Chão, Boim, Pinhel, Santarém, Vila Franca, Obidos, aumentadas mais tarde com a instalação de Acará, Chaves, Vila Nova del Rei, Fáro, Cintra, Mazagão, Ourém, Porto de Móz, São Caetano de Odivelas e Soure.

Nessas vilas, o Bispo Frei Miguel de Bulhões, que servia docilmente a política de Pombal, mostrando-se um animado de exageros contra os Jesuitas, que acusou de mil desconcertos, creou paroquias, para as quais obteve a coadjuvação dos Carmelitas, Mercedarios, Franciscanos da Provincia de Santo Antonio, encarregados das funções de vigarios. Fez mais o Bispo : creou, no alto Amazonas, ajudando destarte na formação da Capitania de São José do Rio Negro, uma Vigararia Geral, que confiou aos cuidados zelosos e produtivos, como de fato o foram, do dr. José Monteiro de Noronha, sacerdote paraense de altos merecimentos intelectuais e morais.

No setôr educacional, mandados retirar os Jesuitas, os Capuchos da Piedade, os Franciscanos da Conceição, Mendonça Furtado tratou de instituir o ensino oficial, com escolas a instalar em Belém e nas vilas e povoados. Só, porém, no governo de Manoel Bernardo se pôz em execução êsse capitulo do plano pombalino, fazendo funcionar aulas de latinidade em Belém e Cametá e filosofia em Belém. Um seminario, fundado na capital paraense por Gabriel de Malagrida, ficou em mãos de Frei Miguel de Bulhões, que, sob aprovação real lhe manteve as portas abertas, num serviço inestimavel à formação espiritual da Amazonia. A lingua portuguêsa era hostilizada pelos falares indigenas, que o gentio não abandonava e o colono tambem já utilisava. Por editais e bandos energicos, Mendonça Furtado impôz a adoção de idioma europeu, que, todavia, só muito lentamente foi ocupando o logar dos linguajares nativos.

O setôr econômico foi, de todos, o que realmente apresentou modificações apreciaveis, de frutos incontestes. Através medidas protetoras, Mendonça Furtado e seus sucessores, até o fim do periodo colonial, incrementaram o desenvolvimento de todos os elementos da riqueza regional. A lavoura do

cacáu foi incentivada. O mesmo ocorreu com a do café, algodão, anil, tabaco, todas as variadissimas espécies vegetais amazonicas. A colheita das drogas não cessou, é certo, mas a cultura dos tipos nativos que a constituiam se fez com rigor e intensidade, numa experiência que, finalmente, nos principios do século XIX, apresentava indices verdadeiramente admiraveis. Transformava-se, assim, a econômia, de apropriativa, destrutiva, em econômia orientada, trabalhada por incentivos, favores de mil espécies.

As madeiras foram colhidas tambem a larga. O açucar foi produzido igualmente, de modo a satisfazer as necessidades locais e permitir exportação. Montaram-se estabelecimentos para o fabrico de panos de algodão, beneficiamento de anil.

Para garantir essa atividade, prendendo o colono à terra, as concessões de sesmarias, reguladas por legislação especial, onde encontramos a preocupação de impedir a fundação do latifundio improdutivo, fizeram-se a larga. Ao agricultor, concediam-se isenções para sua produção, instrumentos agrários. A destruição de certas espécies da flora e da fauna ficava vedada em certas épocas do ano e certas regiões. Ao longo do Amazonas até o Solimões, no litoral maritimo, no Marajó, principalmente, estabeleceram-se pesqueiros reais, cuja produção alimentou as duas Capitanias do Estado e permitiu exportação. Até então, todo o trabalho estava pesando sobre o braço do nativo. Facilitada a importação de escravos africanos, se não se abandonou o gentio para muitas utilidades, foi o negro o que se prestou aos mistéres agrícolas das fazendas, dos sitios das cercanias de Belém, do Tocantins e da rêde do Guamá, Capim, Igarapé-mirí, Acará e Mojú.

Os colonos tinham chegado ao Pará, antes de 1751, em pequenos grupos, sem ordem, numa aventura em que sua coragem valia como principal capital. No periodo pombalino, a colonização com ordem foi um objetivo alcançado. Assim, navios de contrátadores trouxeram e desembarcaram em Belém alguns milhares de casais de açorianos e de degredados, que deram começo aos nucleos de Bragança, Macapá e Vila Viçosa da Madre de Deus. As colonias então organizadas obedeceram a rigorosos detalhes, havendo, na experiência, um cuidado todo especial, carinhoso mesmo.

Não era, porém, suficiente essa imigração que não cessou até a segunda decada do século XIX. Daí uma orientação nova à política de povoamento. E essa orientação constou do aproveitamento da mulher da terra para constituir familia com o européu. A miscegenação, patrocinada pelo Estado, que amparava os casais dessa forma constituidos, dando-lhes terra,

instrumentos, isenções e outras mercês, inclusive preferência para os cargos políticos, tomou corpo, explicando e facilitando o aumento da população. Aumento necessarissimo, porque epidemias tremendas de varióla, ainda entre 1743 e 1749, tinham disimado cêrca de 40.000 vidas.

Para todo êsse esforço que indicava, em ultima analise, o proposito de valorizar a Amazonia, em especial o Pará, cuja capital cresceu de importancia na remodelação de suas edificações privadas e públicas, obra de técnicos como o arquitéto bolonhez Antonio José Landi, o Estado português contara com a ajuda de um organismo estranho ao seu equipamento interno, mas de que as nações européas se tinham valido para todas suas empresas coloniais — as companhias de comércio. Portugal, para o Pará e Maranhão, serviu-se nessa conjuntura histórica da "Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará", integrada pelo capital dos colonos e do comércio do Reino.

A "Companhia" tinha a obrigação de transportar a produção da colonia, trazer a ela os gêneros de que carecesse o Estado, introduzir o braço africano, cooperar no fomento à lavoura e à colonização. Quasi que os mais pesados encargos do plano econômico pombalino ficavam a cargo da "Companhia". Sua frota, que foi construida nos arsenais reinóis e de Belém e São Luiz, cortou o Atlantico no cumprimento de seus mistéres, sem os louvores da Capitania. Porque os colonos se julgavam prejudicados, uma vez que só tendo agora os navios da "Companhia" para embarcar o que produziam, ficavam sujeitos aos seus frétes e aos seus caprichos em matéria de preço para a produção, adquirida quasi que violentamente nos dois portos pelos agentes dela. Embora, apesar das acusações que fizeram, entre elas e de trazer mercadorias más para os colonos, inclusive fazendas estragadas, meias usadas, alimentos apodrecidos, escravos a altos preços e em quantidade muito parca, a "Companhia" prestou serviços, que as paixões do momento impediram de verificar e assinalar com isenção e espirito de justiça.

AS DEMARCAÇÕES DAS FRONTEIRAS impuzeram a Portugal um desdobrar de atividades muito intensas. Pelo tratado de Tordesilas, o Pará, com a hinterlandia amazonica, estava fóra do dominio lusitano. A penetração ousada de Pedro Teixeira, seguida por uma equipe heroica de sertanistas, conduzira ao coração da floresta o dominio quasi manso de Portugal, que, pela ação desses mesmos sertanistas e dos missionários plantara os nucleos iniciais da colonização, donde a necessidade de fixar, em novo ajuste, os conterminos das colonias das nações ibericas no extremo-norte como sucedia tambem com relação ao extremo-sul. Em 1750, pelo tratado de Madrí, de 13 de Janeiro, ficaram assentados êsses conterminos, para a demarcação dos quais foram nomeadas comissões com o equipamento técnico necessário e mesmo luxuoso. Mendonça Furtado teve a direção da comissão lusitana. As demarcações, todavia, não foram sequer tentadas. Incidentes vários, inclusive com os Jesuitas, prejudicaram os serviços, não se registrando o encontro entre as partidas demarcadoras portuguêsa e espanhola.

Em 1777, pelo tratado de Santo Ildefonso, ajustaram portuguêses e espanhóis, mais uma vez, a solução dos conflitos que os separavam na América, fixando a linha de limites dentro da qual ficariam as colonias das duas nações. Para chefiar a comissão portuguêsa veiu o general João Pereira Caldas, que desde o tempo de Mendonça Furtado prestava serviços no Pará. Seu governo no Estado, entre 1772 e 1780, decorrera com ordem revelando-o um administrador cheio de capacidade, animado da melhor bôa vontade. Era um progressista de mão cheia. À tésta da comissão, deixou Belém, transportando-se ao interior, à Capitania de São José do Rio Negro, onde encontrou os demarcadores espanhóis. Como da vez anterior, mangrou todo o esforço para definir os conterminos dos territorios ibericos no vale amazonico.

A fronteira com a Guiana Francêsa oferecia perigos evidentes. Porque os francêses não abandonavam os velhos intuitos de irradiar até o Amazonas. E' certo que se não haviam registrado choques violentos entre os colonos e soldados das duas nacionalidades, mas o perigo mostrava-se a todo momento, obrigando o governo português à providencias e cautelas que exigiam sacrificios fortes. Macapá era uma situação importante, estratégica. O governo português tratou de aparelhar a praça, construindo importante fortificação e iniciando colonização intensa. Engenheiros lusitanos e estrangeiros, contratados, trabalhavam sem cessar na posição, que foi armada com 58 peças de artilharia. Uma grande colonia foi estabelecida nas proximidades do estabelecimento militar com casais açorianos e regulamentação especial. Oficiais de confiança tomaram o comando do nucleo, onde se fez uma grande experiência agrícola e urbana.

Era preciso estar sempre de sobre-aviso. Uma patrulha de embarcações velozes, continuadamente procedia ao reconhe-

cimento da costa. Até fins do século XVIII duraram essas duvidas inquietantes, que exigiram mobilização de forças, preparo de planos de guerra contra a Guiana, organização de contingentes militares no Marajó, levantamento topografico do litoral até o Oiapoc, construção de defesas na cidade de Belém. Em 1801, pelo tratado firmado em 29 de Setembro, Portugal entrava em acôrdo com a França, aceitando como limite o Carapanatuba, o que, na realidade, valia como uma negação a todo o esforço dispendido pelos sertanistas, religiosos e militares que tinham levado até além o dominio lusitano-brasileiro. Alexandre Rodrigues Ferreira, em duas memorias preciosissimas, tinha, quasi ás vesperas do tratado, exposto claramente todos os direitos que assistiam aos colonos do Pará na luta pela posse daquela extremidade da Capitania.

Procurando proceder à demarcação imediata, os francêses compareceram à fronteira, mas os delegados portuguêses não se moveram com prestesa, não agiram com a intenção de entregar os territorios que passavam ao dominio francês, mangrando a tentativa dos vizinhos. Um tratado celebrado em Amiens, no ano seguinte, modificava o anterior. A fronteira com a Guiana ficava cada vez mais dificil de demarcar.

SOUZA COUTINHO E CONDE DOS ARCOS — O advento de D. Maria 1.ª abriu uma éra nova nas coisas coloniais e metropolitanas portuguêsas. Como que se atacou de frente tudo quanto se realizara e construira no periodo pombalino, num afan nervoso para pôr abaixo quanto lembrasse a passagem do ministro pela alta administração.

Para Belém veiu, como agente da nova ordem, um homem que soube conduzir-se sem exageros, antes preocupado em produzir com espirito elevado e sem baixar ao primarismo das negações. Êsse homem chamava-se José de Napoles Telo de Menezes, que governou de 1780 a 1783. Seu substituto, entre 1783 e 1790 foi Martinho de Souza e Albuquerque, como êle uma autoridade com a conciência perfeita de suas responsabilidades. Ambos mostraram-se deligentes, interessados no bem-estar de seus governados, por cuja causa se esforçaram de verdade.

D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho encerrou o século XIX. Empossou-se na governança do Estado a 15 de Junho de 1790. Sua gestão oferece aspéctos surpreendentes. Porque não houve setôr da vida paraense que não merecesse o estudo e uma providencia do Capitão-General. Irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, o grande reformador

da política ultramarina e interna de Portugal, D. Francisco trabalhou como nenhum outro de seus antecessores.

Planejou a organização de um Vice-Reinado, com séde em Belém, compreendendo as Capitanias da Amazonia, o norte de Mato Grosso e de Goiaz. Planejou o aumento territorial do Estado com a conquista e incorporação da Guiana Francêsa. Planejou a organização de um amplo serviço de correios que servisse toda a Amazonia. Planejou um serviço de comunicações entre a Amazonia e o sul do Brasil, pelas vias do Madeira, Tapajós e Tocantins-Araguaia. Incentivou a agricultura. Tomou medidas acerca da pesca nos rios e no litoral maritimo. Organizou a reforma do ensino, regulamentando-o sériamente. Fundou uma colonia no Madeira, com degredados, casais açorianos e ciganos. Experimentou a fundação de uma organização bancaria com o capital dos colonos para os grandes empreendimentos que sonhava para o extremo-norte. Fomentou a construção de embarcações para a marinha mercante e de guerra portuguêsa. Creou uma pequena esquadrilha de lanchas rápidas para a defesa das costas paraenses. Levantou o censo do Estado. Ordenou atenções especiais para com a situação do gentio, em favor do qual sugeriu a revogação do "Diretorio", o que conseguiu. Constituiu com os indios companhias de trabalhadores. Reformou o arsenal de marinha, aparelhando-o para todos os mistéres navais. Fundou um jardim botanico, para tal obtendo a colaboração de um francês emigrado de Caiena, o agricultor Grenoulier, jardim botanico que prestou grandes serviços, sendo a raiz dos demais que se estabeleceram por essa mesma época em Pernambuco e na Baía. Regularizou a situação financeira do Estado, acabando com o deficit e conseguindo apresentar saldo. Um grande governo, empanado em seu brilho pelo incidente que Souza Coutinho sustentou sem razão com o governador do Rio Negro, o brigadeiro Manoel da Gama Lôbo d'Almada.

D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, veiu a seguir. (1803-1806). Serviu o posto com nobreza. Fiscalizou a arrecadação das rendas públicas. Prosseguiu na pacificação dos Mundurucús, começada no governo de Sousa Coutinho, fazendo organizar vários povoados, para os quais mandou, com função de catequista, Frei José Alvares das Chagas. Reorganizou as forças militares do Estado, fardando-as e disciplinando-as. O igarapé do Pirí cortava a cidade de Belém, dividindo-a em duas partes e creando, no centro urbano, um tremendo chavascal. Mandou aterra-lo, abrindo três ruas nos logares por onde passavam suas aguas. As comunicações com o sul do país pelas vias fluviais do sistema amazonico consti-

tuiam uma preocupação das autoridades reinóis. D Marcos não desamparou o assunto, antes enfrentando-o com a tentativa de uma circulação permanente de correios e linhas comerciais pelo Madeira e pelo Tocantins. Assistiu à creação de gado e à produção de laticinios no Marajó. Estudandc afincamente os têmas do Estado, propô-los ao entendimento de seus superiores no Reino, indicando providencias que permitiriam tirar o Pará da barbaria que êle proclamava ter ainda o seu reino instalado na região.

A CONQUISTA DA GUIANA — A invasão francêsa a Portugal, trazendo para o Brasil a familia real lusitana, provocou um estado de guerra entre Portugal e a França napoleonica. D. João, chegando à Baía, em manifesto ás nações amigas proclamou a existencia desse estado de guerra. Na America, só poderia ser materializada essa situação com um movimento militar que conquistasse a Guiana, justamente uma fronteira que creava inquietações e sobre a qual havia velhos planos de irradiação.

O Capitão-General José Narciso de Magalhães e Menezes, que viera gerir o Estado após o conde dos Arcos, teve ordem de plantar a fronteira do Estado no Oiapoc, anulando os ultimos entendimentos havidos a respeito de limites com a nação agora inimiga. Era, evidentemente, o começo da campanha.

José Narciso imediatamente tratou do cumprimento das instruções que lhe chegaram, organizando um destacamento inicial de 600 homens, que compuzeram o "Corpo de Voluntarios Paraenses". Havia falta de recursos no erario do Estado. O Capitão-General solicitou a cooperação do comércio, que forneceu os elementos financeiros para a preparação da coluna.

O tenente-coronel Manoel Marques d'Elvas recebeu o comando da unidade, que embarcou em uma pequena frota de nove embarcações escuna "General Magalhães", cuter "Vingança" e "Lédo", barcas canhoneiras 1, 2 e 3, sumaca "Nínfa", lancha "S. Narciso" e hiate "Santo Antonio". Todas essas forças, mais as tripulações dos barcos, eram paraenses. A elas veiu juntar-se um segundo destacamento, composto do regimento de Extremós e da corveta inglêsa "Confiance", do comando do capitão de mar e guerra James Lucas Yeo, e dos brigues portuguêses "Voador" e "Infante D. Pedro".

Traziam êsses novos contingentes ordens mais amplas — a de realizar a conquista da Guiana e não mais apenas manter a fronteira no Oiapoc. Esta, a 1 de Dezembro de 1808, foi

assianalada com o empossamento solene que Manoel Marques tomou. A seguir, penetrado o rio, foi ocupado o forte de São Luiz, que os francêses haviam abandonado, e aprisionada uma sumaca inimiga. No Aprouague, travou-se o primeiro encontro, caindo o forte que defendia o rio e a posição artilhada da fazenda denominada "Colégio". Nas proximidades de Caiena, novos encontros ainda sorriram aos atacantes, que se apoderaram dos fortins de "Diamant", "Degrad des Canes", "Trio" e "Torcy". Caiena ficara, depois de tais façanhas, exposta ás forças paraenses que ocuparam, a seguir, a posição avançada de "Le Grand Beauregard". O governador Vitor Hugues, que pretendera resistir, apelando para París, apelando para a ajuda dos proprietarios, organizando a defesa com os parcos recursos de que dispunha, inclusive o equipamento de contingentes de escravos africanos, intimado a render-se pediu armisticio. E a 12 de Janeiro de 1809 assinava a capitulação, pela qual os francêses se retiravam para sua pátria com todas as honras de guerra, conservando os oficiais as espadas, obrigando-se, porém, todos, a não combater contra os portuguêses pelo espaço de um ano. Os escravos eram restituidos aos donos. ficava respeitada a propriedade pública e privada, conservava-se na colonia, em vigor, o "Codigo de Napoleão". Dois dias depois, realizava-se a ocupação da cidade.

Manoel Marques foi promovido a Brigadeiro e nomeado Comandante das Armas e Governador da colonia. O Capitão-General José Narciso, promovido a Marechal de Exército. Para a administração da justiça e dos negocios econômicos civis, foi nomeado um magistrado, com o titulo de "Intendente", o dr. João Severiano Maciel da Costa. Aos soldados, concedeu D. João o uso de um distintivo : um circulo encarnado, fixado na manga direita da farda, com o nome Caiena.

A administração militar do territorio decorreu em meio a pequenos incidentes. Todavia, o governo civil do Intendente Maciel da Costa revestiu-se de excepcional brilhantismo. Caiena prosperou. Seus habitantes tiveram segurança, aceitando a dominação brasileira com simpatia. Quando, por isso, em 8 de Setembro de 1817, em consequencia da convenção de París, datando de 28 de Agosto, Caiena foi restituida aos francêses, ao findar a cerimonia da transferência de dominio, realizada em presença de forças francêsas e brasileiras e da massa popular, dezenas de colonos francêses choravam despedindo-se dos ocupantes brasileiros, numa tocante demonstração de tristeza pela retirada do dominador que soubera fazer-se estimar pelo dominado.

AS EXPLORAÇÕES GEOGRAFICAS — O vale amazonico, de que o Pará era a entrada segura, constituia um mistério geografico, sobre que se diziam as coisas mais absurdas. Falavam, cronistas e viajantes, de reinos encantados, de multidões de indigenas, de gigantes, de amazonas, de bichos desconhecidos e ferozes, de espécies vegetais espantosas e miraculosas. Um dos que mais tinham contribuido para êsses exageros fôra o padre Cristovam de Acunha, que descrevera a viagem de baixada de Pedro Teixeira, como depois outro cronista da mesma jornada, Mauricio de Heriarte, ambos pintando sensações, riscando quadros de uma natureza espectacular.

Já nos inicios da descoberta, Simão Estacio da Silveira, na sua "Relaçam Sumaria das Cousas do Maranhão", escrevera do Amazonas : "Mayor Rio, que ha em toda a redondeza da terra". Toda uma literatura de devaneios e impressionismos romanticos, sem fundamento na realidade, escrevera-se comprometendo a terra e o homem que não eram absolutamente o que se dizia deles.

Durante duas centurias, um aguçado interesse despertou o Pará e o restante do vale, a êle vindo quantos queriam sabê-lo, decifra-lo.

Nos primeiros tempos, o estudo da terra e do homem se fez por intermedio do que referiu o sertanista e do que apurou o missionario. Nesse particular, houve muita noticia interessante, que ficou registrada nas comunicações de caráter oficial dos governadores para o Reino e nas cartas e cronicas que os Religiosos foram escrevendo. Dessa fase deve assinalar-se o que nos deixaram André Pereira Temudo e Simão Estacio da Silveira, aquele com a "Relaçam do que ha no Grande Rio das Amazonas novamente descoberto", este com os "Intentos da Jornada do Pará" e a "Relaçam" atraz citada. Seguiram-se Manoel de Souza d'Eça, Bento Maciel Parente e Frei Cristovam de Lisbôa. Este foi o que mais se achegou à verdade e à ciência, relatando a história da luta contra os hereges e escrevendo um "Tratado das Aves, plantas, peixes e animais", onde fez o primeiro ensaio de zoogeografia do extremo-norte e mesmo do Brasil. Luiz Figueira, Jacome Raimundo de Noronha, Mauricio de Heriarte, João de Souza Ferreira, João de Souto Maior, Felipe de Bentendorf, José de Morais Bento da Fonseca, João Daniel, José Lopes, Francisco de S. Marcos, Jacinto de Carvalho, Domingos de Araujo, Frei Bôa Vista de Santo Antonio, Frei Joaquim da Conceição, Frei João de Jesus, Frei Mateo de Jesús Maria, Bernardo Pereira de Berredo, Leonardo Ferreira Peres, João Vasco Manoel de Braum, traçaram retratos geograficos da região, historiaram o drama humano, pintaram o costume do bugre, de quem identificaram mil caracteristicos, inclusive as formas morfologicas e sintaticas da linguagem e os vocabularios.

De todo êsse material, o mais precioso realmente é o que está contido nas paginas do "Tesouro descoberto no Rio máximo Amazonas", da autoria do jesuita João Daniel, peça que põe em relevo toda a vida, toda a fisionomia da Amazonia com um sentido objetivo e de verdade que causa admiração.

Durante o século XVIII, principalmente da sexta decada em diante, essa literatura começou a tomar um caráter menos apressado e mais exáto, mais de acôrdo com o que a técnica constatava. Comissões de naturalistas, engenheiros, astronomos, médicos, de ordem do governo reinól, percorreram as duas Capitanias que compunham o Estado, procedendo a prudentes e minuciosos inqueritos. Antonio José Landi escreveu, a essa altura, uma "História Natural do Grão-Pará". O dr. Antonio Corrêa de Lacerda, a "Zoologia Paraense" e a "Flora Paraense e Maranhense". O dr. Francisco Manoel Pinto Machado, médico do Estado, memoria circunstanciada valendo por um epitome de fitogeografia médica. Alexandre Rodrigues Ferreira, mais que nenhum outro, examinou com toda a penetração o contorno fisiografico e geohumano do vale.

Pedro Alexandrino, Vitório da Costa, Simões de Carvalho fizeram o retrato cartografico do litoral, de rios, das margens do Amazonas. A geografia, as ciências naturais, a ethnologia primitiva, a história paraense, mercê a atenção de homens votados à causa da ciência, quando acabou a época colonial estavam propostas em suas grandes linhas.

E para essa definição contribuira tambem um nome de grande projeção mundial, o sabio francês Carlos Maria de la Condamine, que em 1743-1744 atravessou o vale, descendo o Amazonas, partindo de Quito, para alcançar Belém, com a devida autorização e assistência das autoridades instruidas para cooperar com o ciêntista.

OS ULTIMOS TEMPOS COLONIAIS foram assinalados, na ordem político-administrativa, por certa falta de direção, consequência dos governos que dirigiram o Estado. Entre 12 de Dezembro de 1810 e 19 de Outubro de 1817, esteve com o poder nas mãos uma Junta de três membros, que deixou triste memoria de sua passagem, pelos desmandos que praticou, provocando reclamações perante a Côrte de D. João. De quantos incidentes lhe mancharam a passagem, o mais triste foi

o que sustentou com o Bispo D. Manoel de Almeida de Carvalho, que a integrava, mas fugia a solidarizar-se com os desatinos que ela praticava.

Substituiu-a Antonio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, contra quem se levantaram vózes aspéras que ecoaram com certo escandalo em Lisbôa e no Rio de Janeiro. Outra Junta, a 1 de Julho de 1820, assumiu a gerencia do Pará, em virtude de ausencia do Conde de Vila Flor. Essa Junta mais se desmandou, desmoralisando-se dia a dia.

Aproximava-se a hora da agitação democratica que remataria com a independência. O procedimento da Junta possibilitava qualquer aventura contra a ordem e o regime absolutista vigente.

O Pará, a êsse tempo, contava trinta e sete municipios com 79.730 habitantes. A massa da população distribuia-se pelas vilas da rêde fluvial das circunvizinhanças de Belém. Na capital, havia 24.500 habitantes. A cidade apresentava fisionomia urbana mais definida, com edificações de bom aspécto, algumas casas residenciais de dois andares, ruas calçadas, arborizadas, comércio movimentado. Negociantes inglêses, estabelecidos desde a abertura dos portos nacionais ás nações amigas, como negociantes francêses, mantinham estabelecimentos de representações, operando sobre praças européas com certa desenvoltura. Em Belém, havia agentes consulares inglêses e norte-americanos em franca atividade. As relações comerciais faziam-se com os Estados Unidos, Inglaterra, Antilhas, Espanha, Portugal, Brasil. Os mercados de maior aproximação eram os de Lisbôa, Porto, Gibraltar, Marselha, S. Luiz, Caiena, New-York. A grande exportação constava de cacáu, arroz, café e algodão. A borracha da seringueira não tinha significação. O comércio do interior, processado por via fluvial, em "cobertas" e outros tipos de embarcações, definia-se por estes produtos : anil, piassaba, breu, cacáu, cravo, café, couros de animais, castanhas, estopa, farinha, manteiga de tartaruga, puchurí, salsa, tabaco, madeiras para construção, oleo de copaíba, mixira, peixe sêco. Para pesca havia pesqueiros no Marajó e ao longo do Amazonas. O trabalho continuava sobre o suor do indio. O contingente negro não se algarismava impressionantemente. Quem remava as canôas, caçava, pescava, operava nos serviços domesticos e públicos, creava o gado, compunha a força das milicias, era o operario dos estaleiros do arsenal de marinha, constituia finalmente o grosso da população e da ação construtiva, orientada pelo colono, era o bugre. A liberdade decretada por repetidas leis do Reino continuava letra morta. A escravisação não estava fóra dos indices institucionais do Estado, que a ela se habituara e não a podia dispensar. Vózes levantadas à ultima hora como a de Francisco Ricardo Zani e a do major Brito Inglês, protestando contra o sistema e sugerindo medidas para elevar o indio a uma condição mais humana, não tiveram éco. A exploração do homem pelo homem era uma realidade gritante.

As condições sociais do Pará exigiam uma compreensão menos primaria de seus homens de governo. As condições políticas não ofereciam garantia ao absolutismo. Os exemplos revolucionarios das colonias espanholas que fronteiravam com o Estado, na Capitania de São José do Rio Negro, não seriam um convite ? A Guiana francêsa, onde durante anos os soldados paraenses montaram guarda como conquistadores, não teria comunicado a êles e seus oficiais as idéias liberais que convulsionavam a Europa ?

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

O CICLO IMPERIAL

A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO em 1820, refletindo-se por toda a America Lusitana, ecoou inicialmente na cidade de Belém. Foi a 1 de Janeiro de 1821. Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, estudante paraense na Universidade de Coimbra, entuasiasta do movimento que constitucionalizava Portugal, integrando-o ao sistema político que modificava o clima europeu desde o advento da revolução em França, chegando à capital de sua provincia entrara em contácto com elementos militares e civis, que o acolheram sem reservas, planejando o pronunciamento da Amazonia em favor do regime que a mãe pátria adotara com tanta retumbancia.

A Junta que governava a Capitania, embora avisada do que ocorria, não deu um passo para evitar o pronunciamento. E a 1 de Janeiro de 1821, a guarnição de Belém, sob aclamações de poulares, que se solidarizavam com a demonstração, instituindo a nova ordem depóz a Junta e fez organizar outra, que ficou constituida dos seguintes membros, representantes de todas as classes sociais: juiz de fóra Joaquim Pereira de Macedo, coroneis Francisco Rodrigues Barata e Giraldo José de Abreu, proprietarios João da Fonseca Freitas e José Ruiz de Castro Góis, comerciante Francisco Gonçalves Lima, tenente-coronel Francisco José de Faria. Para presidir o governo revolucionario foi escolhido um elemento moderado e até então, como a maioria dos seus colegas de poder, alheio ao plano, o vigario geral Romualdo Antonio de Seixas. Era o começo.

Os primeirs dias correram sem grandes desassocêgos. Ninguem reagia, ninguem discordava da atitude dos belemitas avançados. Sucede, porém, que Patroni, que ficara fóra da administração e na realidade fôra a alma do movimento, em breve começou a agitar o ambiente, sugerindo a necessidade do Pará enviar imediatamente um representante ás Côrtes que se convocavam em Portugal. O assunto entrou a empolgar. Ao mesmo tempo, certos extremados, insatisfeitos com a presença de reinóis na alta administração paraense, começaram de seu lado a agitar-se, abrindo campanha contra êles e sustentando o principio de que a revolução creara para os nativos o direito de gerir a coisa pública sem a interferencia de estranhos. Era, evidentemente, o nascedouro dos sentimentos autonomistas. A Junta procurou evitar desordens. Creou uma comissão de censura, proclamou aos povos pedindo quietude, união de vistas e confiança nos dirigentes do Estado. Quanto a Patroni,

em torno de quem se creava uma atmosféra de suspeita, para ver-se livre dele confiou-lhe a procuradoria do Pará perante as Côrtes.

Tudo isso refletia insegurança, incapacidade para dominar a situação, pelo que, sentindo-se desprestigiada, a propria Junta tratou de encerrar seu periodo de mando, requerendo substituição. Não foi atendida. Patroni, no Reino, porém, não a deixou em paz, acusando-a sem cessar. Em Belém, os desentendimentos com o governo, da parte dos exaltados, tomava vulto. Os irmãos Vasconcelos, industriados por Patroni, procuram aliciar forças para uma sortida autonomista. Denunciados, presos, o plano mangrou. A 10 de Dezembro, em meio a certa intranquilidade, procediam-se ás eleições para os deputados que deveriam falar pelo Pará na Constituinte lisbôeta. Foram escolhidos o bispo D. Romualdo de Souza Coelho e o dr. Francisco de Souza Moreira, tendo como suplente o desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo. A 12 de Março de 1821, a Junta recebia substituição na Junta Provisoria do Governo Civil, sob a presidencia do dr. Antonio Corrêa de Lacerda, notavel naturalista lusitano. Seria a ordem, por que muitos anciavam, imaginando mil desastres se ela não se efetivasse ?

Patroni, em Lisbôa, desiludira-se de maiores entendimentos com os liberais lusitanos. Compreendera que o pensamento que o guiara, de uma nação unica, constituida pelo Brasil e Portugal, não podia ser realidade. Os proceres reinóis tomavam direção aspéra com relação aos negocios americanos, teimando em vê-los de olhos trancados. Patroni falara com desenvoltura a D. João VI, provocando escandalo. Retirando-se para Belém, processado pelo desacato a S. Magestade, ninguem se atrevêra a cortar-lhe o passo. Os escravos viam-no como um redentor dos oprimidos. Os nacionalistas cercavam-no de simpatia. Os reinóis, representados na Junta, apontavam-no como um homem perigoso ás instituições, ruinoso, máo elemento que era preciso vigiar intensamente. Patroni, sobre cuja personalidade ainda se não fez um estudo conciencioso, intempestivo, meio desconcertante, psicologia dificil de caracterizar-se, deu então à corrente nacionalista o vigor de seu entusiasmo e de sua coragem. Fundou "O Paraense", abrindo fôgo contra os inimigos da pátria. Um processo de desacato, porém, veiu tirar-lhe as veleidades autonomistas, que o estavam animando. Porque foi preso e remetido para Lisbôa.

Em Abril de 1821, chegou, todavia, a Belém o novo Comandante das Armas, brigadeiro José Maria de Moura, absolutista intransigente e reinól dos mais apegados ás razões de sua

pátria. Encontrando o ambiente trabalhado para a independência, compreedendo a urgencia de providências que acautelassem os interesses de Portugal na Amazonia, sentindo certa dubiedade ou fraqueza na Junta, entrou a governar como se fôra o senhor unico da situação, quasi que desconhecendo a autoridade do poder civil. Sua atuação, nesse particular, foi evidentemente notavel. Batista Campos, conego, substituira Patroni na direção de "O Paraense". Moura, por mil modos, inclusive o assalto ás oficinas do periodico e uma agressão ao padre, buscou calar a propaganda insurgente. A situação agravava-se quasi que hora a hora. Demais, incidentando com a Junta, Moura, confiante na fidelidade de seus comandados, começou a praticar átos que faziam perigar a própria ordem que êle a todo transe queria defender e manter. Por outro lado, os patriotas davam demonstrações públicas de sua decisão. Circulavam boletins contra Moura e contra os demais reinóis, alcunhados de estrangeiros. Manifestos tentando convocar a coletividade para a causa portuguêsa não produziam outro resultado senão permitir explorações dos patriotas. Batista Campos, José Batista da Silva, Silvestre Antunes Pereira, pelas colunas do "O Paraense" tinham creado clima propicio à revolução para que já se começava a pender.

A 27 de Fevereiro de 1823, realizando-se as eleições para a Camara Municipal de Belém, nenhum reinól foi escolhido. A significação dessa atitude dos paraenses entrava pelos olhos dos menos avisados. Por ocasião do empossamento dos edís, apresentaram-se êles sob aclamações populares, ostentando ramos, louros e verdes. Que sucederia, a continuar aquilo ? A resposta áquelas desenvolturas do partido da independência, que pelo interior da provincia já contava com farto e claro proselitismo, veiu a 1 de Março de 1823, com o pronunciamento da guarnição da capital — que já impedira a partida do brigadeiro Moura, demetido de suas funções e chamado a Lisbôa ante as denuncias contra êle expedidas pela Junta do Governo Civil. A Camara foi dissolvida e a Junta declarada deposta. Imediatamente voltaram ao poder os vereadores anteriores aos eleitos a 27 de Fevereiro. E uma nova Junta, presidida pelo vigario geral Romualdo Antonio de Seixas, assumiu a direção da coisa pública. Não seria suficiente para conter a onda nacionalista, a engrossar dia a dia. "O Paraense", confiscado, passou a circular sob a denominação de "O Luso-Paraense", a serviço do elemento reinól. Não surtiria mais efeito a propaganda do periodico. Moura imaginava dominada a situação. Enganava-se. E tanto assim que a 14 de Abril grossos contingentes de civis e militres, ao comando do capitão Boa-

ventura Ferreira da Silva, tentaram em Belém, a proclamação da independência. Foram batidos. A 23 de Maio, no Marajó, fugitivos da refréga de 14 de Abril tentaram outro golpe. Tambem foram batidos. Em meio à inquietação que assumia proporções alarmantes, uma junta de justiça, sob a influência de reinóis exaltados, condenou á morte os rebeldes. Mas um conselho que reuniu no palacio governamental, ás ponderações de Romualdo Antonio de Seixas, comutou a pena numa deportação para Portugal.

Os patriotas, apezar de todos os contratempos, não desanimaram. Sabiam de todos os passos dos militaristas absolutistas que obedeciam à vontade do brigadeiro. Enviaram delegados, por terra, ao Rio de Janeiro, afim de pleitear recursos para novas jornadas cívicas, prosseguindo na propaganda que atingiu, com amplitude gigantesca, o interior da Provincia, convocando as populações a todas as atitudes contra o dominio estrangeiro. Um recrutamento, ordenado ás camaras do interior pelo brigadeiro, revelou o estado d'alma dos homens da hinterlandia : ninguem se apresentou. D. Romualdo de Souza Coelho, que se houvera nas Côrtes lusitanas com grandes reservas no tocante a gestos de aplauso a seus companheiros de bancada, que se orientavam pela independência, atitude essa que lhe valera a suspeita de acamaradado com os reinóis ou a serviço de seus interesses contra a vontade de seus concidadãos, regressando a Belém, a essa altura, substituiu seu sobrinho, Romualdo Antonio de Seixas, na presidencia da Junta regional. O momento requeria ou prudencia para impedir que se azedassem os animos ou de logo um rompimento com o que se poderia já considerar o passado. D. Romualdo, considerando a gravidade do que poude observar, assediado por gregos e troianos, que o queriam movendo-se de acôrdo com o nervosismo reinante, decidiu, para evitar maiores calamidades, aguardar que Pedro 1.º e D. João VI assertassem, pelas negociações diplomaticas que se processavam, a solução definitiva para o caso da independência brasileira.

Não foi preciso, todavia, aguardar que essa solução chegassse. Porque a 11 de Agosto, vindo do Maranhão, fundeou na baía de Guajará o brigue de guerra "Maranhão", do comando de John Paschoe Grenfell, enviado do almirante Cochrane, que acabava de integrar a provincia vizinha à comunhão do Império. D. Romualdo, apressando-se em satisfazer o anceio que dominava a coletividade de sua terra, promoveu grande reunião de todas as classes no palacio governamental, indicando a urgencia da Provincia declarar o seu aplauso ao Sete de Setembro e conseguintemente a sua incorporação ao Império. Foi

aplaudido. E a 15, faziam autoridades e povo o juramento de fidelidade a D. Pedro 1.º e consequente adesão ao Império.

O INICIO DA EXPERIÊNCIA LIBERAL ia ser, porém, regado a sangue. Porque não compreendiam os autonomistas históricos que se contemporizasse com o elemento reinól e seus partidarios. Formaram-se grupos : os exaltados, os moderados e os sebastianistas lusitanos. Chefiavam o primeiro grupo conego Batista Campos e Felix Antonio Clemente Malcher. D. Romualdo de Souza Coelho orientou os moderados. A Junta governativa, a 18, foi substituida por outro governo de cinco membros, presidido pelo moderado coronel Giraldo José de Abreu. Os exaltados tinham perdido a partida, apesar de todo o esforço que empregaram para impedir que elementos dos outros bandos integrassem a administração. A reação, em consequência, não tardaria, como assoalhavam, principiando em manifestações de franca hostilidade aos reinóis. A seu ver, os estrangeiros e seus adetos deviam quanto antes ser postos fôra dos postos e cargos que ocupavam, o que contrastava com a atitude dos moderados, que desejavam o esquecimento de antigas desafeições para que houvesse ordem, tranquilidade e a Provincia podesse ascender em progresso.

Incidentes, a proposito de tudo, começaram, crescendo de intensidade e prenunciando dias agitados. E assim foi efetivamente, avultando com o atentado contra a vida de Grenfell, obra de marujos portuguêses, que serviam seguramente os interesses dos sebastianistas, indignados com o capitão britanico que levara a Provincia ao passo imediato da independência. Dias depois, ocorreu a quartelada dos regimentos de Belém e consequente deposição da Junta. Batista Campos, aclamado pelos insurgentes, em breve, todavia, sentiu os perigos da situação que já não podia dominar. A anarquia atingiu o auge, com assassinios de portuguêses, arrombamentos de casas comerciais, saques, desregramentos de toda ordem. Satisfazendo uma solicitação dos membros da Junta, Grenffel desembarcou e fez uma limpeza nas ruas de Belém. Cinco cabecilhas da desordem foram passados pelas armas, após um julgamneto sumarissimo. Batista Campos, preso, foi deportado para o Maranhão. 265 prisioneiros, recolhidos aos porões do brigue "Diligente", que depois se chamaria "Palhaço", protestando, reclamando ar, luz e agua, padeceram um suplicio tremendissimo : fecharam-lhes as escotilhas da embarcação, lançaram-lhes cal, deixando que morressem asfixia-

dos. Escaparam apenas quatro individuos. A barbaridade causou uma onda de indignação em toda a Provincia. Grenfell, acusado de mandante da façanha, defendeu-se indignado. A Junta proclamou, eximindo-se de qualquer responsabilidade. Não seria suficiente. Porque no interior, onde a exaltação contra os antigos dominadores vinha tomando corpo, à noticia dos sucessos da capital, os animos ferveram. Velhas diferenças contra os estrangeiros, nos ultimos dias do sistema colonial, tinham creado um clima pesado. Autoridades ligadas ao passado, com êle comprometido demasiadamente, não se libertavam dessas ligações, antes mais a elas se prendendo. Demais, acreditavam as populações nacionais que a independência seria como que um ajuste de contas com os que até ontem mandavam. Populações geralmente pouco servidas de bem-estar material, de conforto, parecera-lhes que a hora era de reivindicações totais. Liberdade mal interpretada, diria, em meio á desordem, compreendendo o erro que presidia a tudo, o Bispo D. Romualdo. E como liberdade mal interpretada, deu margem ao desvairar de paixões que vieram a furo com uma violencia desmedida.

Cametá, onde as diferenças com antigos e poderosos elementos reinóis mais avultavam, encabeçou a reação contra o espirito do passado, que pretendia manter-se através dirigentes absolutistas. Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapú, Igarapémirí, Mojú, Conde, Beja, Marajó, Cintra, acompanhando Cametá, pegaram em armas. A revolução reivindicadora irradiava. No Baixo Amaoznas, creou-se um fóco em Monte Alegre, que procurou a solidariedade das vilas vizinhas. Santarém, porém, encabeçou a contra-revolução, organizando um governo de emergencia, que obteve a cooperação do Alto Amazonas e de várias vilas do Baixo Amazonas. Em Belém, a essa altura, em meio ao desassocego reinante e decorrente da comoção do interior, novo pronunciamento militar evidenciava um nervosissimo estado d'alma, para o qual o governo não dispunha de remedios eficazes. Procurando, enfim, pôr côbro ao que estava ocorrendo, a Junta organizou expedições que deviam conter os rebeldes. Apelou para a intervenção de D. Romualdo de Souza Coelho, que conseguiu celebrar entendimentos com seus coprovincianos de Cametá, mas teve sua ação prejudicada por choques entre legais e rebeldes, provocados pelos primeiros. Todo o esforço dos homens de Belém, esforço cometido a parlamentares e nucleos militares e navais, expedidos para dominar a situação, mangraram, vendo-se a Junta forçada a ceder nas exigências dos rebeldes que, por fim, depuzeram as armas.

Serenados os animos ? A ideologia republicana, a êsse

tempo, irradiava sobre Belém, onde se conspirou para a implantação de novo regime numa adesão ao sistema que convocara os nordestinos na jornada da "Confederação do Equador". D. Romualdo Antonio de Seixas, Giraldo José de Abreu, presidente da Junta, foram presos e recolhidos ao forte da Barra. A chegada do primeiro presidente, José de Araujo Roso, prejudicou a execução dos planos políticos dos conjurados que, surpresos com a presença de Roso, não se moveram para uma ação imediata, com êle se avistando e colaborando na constituição do conselho provincial, que já tinham formado com elementos seus e o Presidente aceitou sem grandes reservas.

José de Araujo Roso e José Felix Pereira de Burgos, que governaram a Provincia entre 2 de Maio de 1823 a 14 de Abril de 1828, tiveram seus periodos agitados. Embora procurassem trabalhar pelo bem-estar e pelo progresso da Provincia. Burgos sofreu a oposição de Batista Campos, contra quem fez a acusação de servir os principios republicanos, afim de livrar-se do padre, que chefiava a corrente nacionalista com um ardor combativo que lhe assegurou por muito tempo a posição de maior relevo na vida política da Provincia. Roso não poude conduzir-se com o equilibrio necessario. Encontrou obstaculos fortes que lhe motivaram a quéda. Burgos tambem se não poude conduzir com a serenidade bastante. Creou desafeições. Incidentou ruidosamente com o ouvidor de Belém. Caminhou por entre fortes embaraços que lhe impuzeram o afastamento. Ligados aos sebastianistas, pagaram tributo á exaltação política do momento.

Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, que lhe sucedeu, distanciou-se dos partidos. Cuidou unicamente da administração. Sobrepôz-se ás paixões dominantes. Trabalhou sem resentimentos. À sua saída do governo, gregos e troianos manifestaram sua simpatia pelo que realizara com tanta superioridade.

Veiu a seguir, novamente, José Felix Pereira de Burgos, recebido por entre as reservas evidentes e naturais dos que lhe tinham feito oposição. Como era de esperar, Burgos voltou a encontrar dificuldades. Batista Campos, se lhe não fez oposição desabrida, tampouco lhe deu solidariedade. A abdicação de Pedro 1.º, fomentando mil desidios, ecoou no Pará de maneira lamentavel. O comandante das armas, Francisco José de Souza Soares de Andréa, era tido na conta de reacionário, contra quem deviam os patriotas assentar medidas que o impossibilitassem de agir em hostilidade ao que se considerava os legitimos interesses nacionais. A Camara Municipal de Belém, atendendo aos reclamos dos exaltados, que vieram á rua para exi-

gências cívicas, pleiteou a imediata demissão de Andréa. O Conselho Provincial não concordou. A 2 de Junho de 1831, ocorreu um motim militar de pequenas consequências, mas que encheu a Provincia de inquietação. Por fim, para serenar os animos, o presidente e o comandante das armas foram chamados ao Rio, sendo substituidos pelo visconde de Goiana e pelo coronel José Maria da Silva Bitencourt.

Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, trazia da côrte o espirito trabalhado pelos acontecimentos que culminaram no Sete de Abril. Sua ação na Provincia tinha naturalmente de ser orientada pelo novo clima político do país. E assim foi, pelo que o grupo de Batista Campos, chamado de "filantropico", ascendeu em prestigio, provocando fortes receios e irritação nas fileiras dos "Caramurús", que agremiavam, sob êsse nome, os partidarios da restauração de Pedro 1.º e se mostravam inconformados com as perspectivas que advinhavam e com a derrota que os punha fóra do poder.

Bernardo José da Gama, apesar de tudo, tendo encontrado o Pará em pessimas condições financeiras, sem mesmo recursos para pagar as forças armadas, tentou trabalhar, realizando um esforço grande no sentido de manter a ordem e para que a Provincia podesse restaurar-se e progredir. Em vão. Porque os "Caramurús", insatisfeitos, tramaram a deposição do presidente. E do pensamento passaram à ação, chocando-se em Belém, nas ruas, partidarios das duas fações inimigas. O Conselho Provincial, convocado extraordinariamente, não chegou a reunir. A 7 de Agosto, ao amanhecer, estourou a bernarda, com a participação da guarnição, encabeçada pelo próprio comandante das armas, aliás um dos que mais se haviam distinguido no preparo do movimento. Foi deposto o Visconde e, preso e deportado para o Madeira, juntamente com vários de seus adeptos mais fervorosos, o conego Batista Campos. Assumiu a presidencia da Provincia o dr. Marcelino José Cardoso, que era o membro do Conselho mais votado após o conego. De logo verificaram-se comoções no interior, em desacôrdo com os sucessos de Belém. Não tiveram grande repercussão. Bernardo José da Gama protestou em longo manifesto contra o que estava ocorrendo. Platonismo, no fim de contas. Porque a situação se não modificou enquanto não veiu, com forte censura da Côrte, que desaprovou os acontecimentos, um novo presidente, o tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira.

Militar, homem de larga cultura, paulista, estranho de todo ás tricas locais, Machado de Oliveira podia empunhar o ramo de oliveira que todos esperavam. Ao seu empossamento, porém, encontrou a Provincia a braços com inquietações fortes : o levante da guarnição da Comarca do Alto Amazonas, que se proclamara desligada do Pará, e se elevara, pela vontade popular, á categoria de Provincia autonoma do Império; e a proclamação, por várias vilas do Baixo Amazonas, de Batista Campos como legitimo presidente da Provincia.

Machado de Oliveira conseguiu, pelo uso de forças navais e de terra, vencer a explosão amazonense. Batista Campos, por seu lado, não creou dificuldades. Seu reconhecimento como presidente era uma atitude contra Marcelino Cardoso e não contra Machado de Oliveira. Este, em consequência, serenados êsses incidentes, atirou-se à obra gigantesca de salvar o extremo-norte da ruina a que descia vertiginosamente, mercê do partidarismo estreito que não olhava os reais interesses da coletividade e permitia que a vida local se processasse com total esquecimento dos problemas a que se devia atender. Foi de uma deligencia verdadeiramente admiravel. Como seus antcessores, não encontrou ambiente para trabalhar. As paixões políticas cegavam os homnes. Machado de Oliveira não foi compreendido senão como um agente deste ou daquele grupo. O resultado é que em breve estava cercado da desconfiança dos "Caramurús", que o acusavam de simpatico aos "Filantropicos".

Exonerado das funções e nomeado para substitui-lo o desembargador José Mariani, os "Caramurús" preparam-se para demonstrações de franca hostilidade a Machado e aos "Filantropicos" anunciando que iriam ser, de então em diante, novamente, os senhores da situação. Os "Filantropicos", de seu lado, não se mantiveram inertes ante o perigo que se avizinhava. E concertaram impedir que José Mariani assumisse a presidencia. À chegada do desembargador, representações populares, endereçadas a Machado de Oliveira e ao Conselho Provincial protestaram contra o advento da nova situação, exigindo, em nome da ordem e da felicidade da familia paraense, que o presidente em exercicio se não afastasse do posto. Os "Caramurús", de armas na mão, dispuzeram-se à luta para empossar o desembargador, que protestou contra o que ocorria. Machado de Oliveira, por mil maneiras, procurou dissuadir os "Filantropicos", da atitude que assumiam. Nada conseguiu. A decisão pelas armas, a 6 de Abril de 1833, foi o resultado de quanta demarche houve para aquietar os animos. Depois de algumas horas de fogo, os "Caramurús" saíram vencidos, com perdas de quasi uma centena de vidas.

Machado de Oliveira ainda governou sete mêses. Sempre dentro dos principios que o vinham guiando para levantar a combalidissima Amazonia. Apesar de contra seus propositos

se haverem como que conjugado forças poderosas que o acusavam de todos os males que afligiam de ha muito a região. Em suas "Falas" ao Conselho Provincial minuceando a situação que vivia o Pará, indicava-lhe os problemas morais, espirituais e materiais com um sentido profundamente exáto, ao mesmo tempo que oferecia sugestões de todo ponto apreciaveis e de seguro exito se fossem experimentadas. Sugestões que envolviam particularmente as condições do ensino e a reorganização econômico-financeira da Provincia.

Durante êsse periodo, para o fim de pôr em execução o Codigo do Processo Criminal do Império, procedeu-se à reorganização administrativa da Provincia, perdendo a categoria de vila várias das antigas edilidades creadas no periodo colonial e ascendendo a essa situação outros nucleos que possuiam melhores condições de vida que os extintos. Nessa reforma, os nomes lusitanos foram substituidos por denominações gentilicas, com o que se dava uma demonstração de odiosincracia ao que ainda mantinha o mundo amazonico ligado ás suas origens européas. A reforma, todavia, não satisfez as populações, que somaram o episodio aos males que as vinham afligindo.

Lôbo de Souza, que a 4 de Dezembro começou a governar, substituindo Machado de Oliveira, dele se distanciou em tudo. Sem serenidade, agindo ao sabôr de quanta coisa lhe vinham contar, intempestivo, fez crepitar a fogueira que vinha ardendo sem labaredas desde o advento do sistema liberal no extre-norte. Sua atuação seria imprudentissima e daria margem, como vamos vêr, à explosão de uma tremenda guerra civil.

O DRAMA DA CABANAGEM, nome que se atribuiu a essa guerra civil, precisa, porém, ser entendido, antes de lhe verificarmos os episodios, nas suas raizes mais profundas. E essas foram : as ideologias políticas que dividiam a familia paraense, ideologias que se confundiam com um jacobinismo exagerado, de uma virulencia singular e refletia, de certo modo, um estado dalma que sacudia todo o Império a essa altura; as diferenças sociais e economicas que separavam profundamente os homens da Amazonia desde o ciclo colonial, diferenças representadas no poderio dos estrangeiro e na situação de quasi total miseria em que viviam os filhos da terra.

Lôbo de Souza, de visão estreita, sem poder, por isso mesmo, perceber a extensão dos perigos que lhe andavam à volta, começou abrindo incidente com o Bispo D. Romualdo de Souza

Coelho, varão respeitabilissimo, de cuja bondade e espirito de fraternidade se valiam os governantes toda vez que o clima político se alterava. O Bispo fizera imprimir uma "Pastoral", em que condenava a Maçonaria, então a tomar desenvolvimento na Provincia. Lôbo de Souza, que a todo momento recebia noticias de que no interior e na própria capital se forjavam planos de perturbação da ordem, informado de que a "Pastoral" encerrava doutrina subversiva, embora por fim se certificasse de que lhe não haviam falado a verdade, desmandou-se ameaçando o Antistite de prisão a bordo de um navio de guerra se a "Pastoral" provocasse algum desassocêgo. D. Romualdo, cedendo ao império das circunstancias, retirou a "Pastoral", que Batista Campos estampou, a seguir, nas colunas da folha em que combatia os "Caramurús".

Já as relações entre Lôbo de Souza e Batista Campos estavam rôtas. Já o conego assentara suas baterias contra a praça governista. A publicação da "Pastoral", não autorizada, aliás, pelo Bispo, foi o estopim para as violencias que o Presidente ordenou contra os partidários do conego e contra o próprio conego, que desfrutava de gigantesca popularidade entre as classes desafortunadas, tanto na capital como em todo o interior da Provincia.

A consequência mais imediata do incidente, a que se vieram reunir outros, foi Batista Campos, servindo-se de um foliculario, mandado vir do Maranhão, de nome Lavôr Papagaio, enfrentar Lôbo de Souza, com a mesma virulencia. Este, máo psicologo, ordenou a prisão do sacerdote, do folicularío e a suspensão do jornal, a "Sentinela Maranhense na Gorita do Pará".

Batista Campos e Papagaio fugiram para o Acará, de onde lançaram proclamações, redigidas pelo segundo e assinadas pelo primeiro, contra o Presidente, que pintavam como um "Monstro". A guerra civil estava a começar. Porque, perseguido, Batista Campos, que veiu a falecer de uma espinha carnal, sem poder receber socorros médicos, conseguiu o pronunciamento de seus partidarios, dispostos a defende-lo e a derrubar o governante odiado.

Antonio Clemente Malcher, os irmãos Vinagre, Eduardo Angelim e outros comandavam os grupos oposicionistas. Reagindo violentamente contra as forças legais, principiaram o movimento. Malcher, todavia, caiu em mãos dos legais. Mas estes pouco poderam festejar a vitória, porque os demais chefes, a frente de alguns milhares de homens em armas, lançaram-se sobre Belém, de que conseguiram apoderar-se a 7 de Janeiro de 1835.

Lôbo de Souza e o tenente-coronel Joaquim José da Silva Santiago caíram assassinados no largo de palacio. Os bandos cabanos soltaram Malcher, que foi aclamado presidente e empossdo perante a Camara Municipal da capital. O edificio da Maçonaria sofreu destruição. Assumiu o comando das armas Francisco Vinagre. Praticaram-se atentados contra os amigos e partidarios de Lôbo de Souza. Era o delirio da vitória facil.

Contudo, em breve a harmonia entre os que haviam realizado a jornada revolucionaria começou a romper-se, de um lado ficando Malcher e de outro Vinagre. Os animos aos pouco foram encrespando. A dissidência não poude ser derimida. Todos os esforços para restabelecer equilibrio entre os chefes cabanos mangraram. E a 19 de Fevereiro chocaram-se as duas fações. Malcher, sentindo a precariedade de suas forças, refugiou-se a bordo do capitanea da esquadra surta no Guajará. Nas ruas de Belém, porém, as escaramuças prosseguiam, perdendo a vida vários elementos que combatiam nos dois lados, entre êles o comandante dos malcheristas, o tenente Costa Cabedo. A esquadra vomitou metralha sobre a cidade. Tudo infrutiféro, porque a 21, vencedor o bando de Vinagre, que era aclamado presidente da Provincia, Malcher foi desembarcado e morto friamente como outros de seu grupo.

Vinagre, senhor da capital, tratou de organizar seu governo. Só lhe reconhecia o mando a cidade de Belém. Fazendo reunir a edilidade belemita, empossou-se a 2 de Março como governante da Provincia que deixava de integrar o Império até ser proclamada a maioridade de Pedro Segundo. E' que a Regência, aos olhos dos rebeldes, tinha a responsabilidade de todos os infortunios que desciam sobre o extremo-norte.

A essa altura governava o Maranhão o dr. Costa Ferreira, que, informado da gravidade e extensão dos sucessos que ensanguentavam a Amazonia e faziam perigar a unidade nacional, apressou-se em orgnizar uma expedição naval, que entregou ao comando do capitão-tenente Pedro da Cunha. recebido por seus companheiros da esquadra, fundeada no Guajará, com demonstrações de fidelidade.

Vinagre tentou concertar a situação, junto a Pedro da Cunha. Fracassou no plano. A armada, pronta para entrar em ação, esperava apenas uma autoridade legitima para empossar na presidencia restaurando assim o dominio da lei. Foi quando se verificou que, nas eleições para compôr a primeira assembléia provincial, o mais votado era o dr. Angelo Custodio Corrêa, imediatamente convidado a empossar-se como vice-presidente, de acôrdo com a constituição.

Angelo Custodio encontrava-se em Cametá, de onde era

filho, vila tocantina então em armas para reagir contra os rebeldes. Convocados todos os elementos capazes de uma ação sobre Belém, apesar das juras de Vinagre, que se declarava disposto e pronto a entregar o governo, a tentativa de desembarque dos legais falhou ruidosamente, comprometendo a manobra para a restauração da ordem. Encontros verificados em vários outros pontos da Provincia perturbavam, por todos os modos, a paz que se queria restaurar, evidenciando a intensidade do movimento que começava a alastrar-se, obrigando os conselhos municipais a organizar a defesa das vilas.

O governo regencial, por sua vez, sentindo a gravidade da situação, mandou dirigir a Provincia o marechal Manoel Jorge Rodrigues, que recebeu de Angelo Custodio, cuja séde de governo estava instalada em Cametá, as redeas do poder, entendense posteriormnte com Vinagre, para o retorno das autoridades a Belém. Firmada a tregoa entre legais e cabanos, o Marechal desembarcou, reiniciando-se, destarte, a administração imperial na capital. O autonomismo momentaneo passava. Os brasileiros da Amazonia reafirmavam sua confiança no sistema imperial.

A lua de mel entre o Marechal e os cabanos, todavia, não durou muito tempo. Vontades ocultas trabalhavam para que a guerra civil reacendesse. Felizes na empreitada, a 14 de Agosto recomeçou a sangueira. O marechal apelou para o concurso dos navios estrangeiros surtos no quadro e para os moradores de Belém. No primeiro momento, todos se mostravam prontos para a ação. Quando os cabanos se acercaram dos pontos em que os legais ofereciam resistência, o entusiasmo dos que se haviam prontificado a bater-se pela ordem diminuiu tão intensamente que o Presidente, morto o filho, sem recursos para prosseguir na luta, retirou-se para bordo da esquadra, com centenas de moradores que abandonaram a cidade com a roupa do corpo.

Senhores da situação em terra, os cabanos aclamaram presidente a Eduardo Angelim, cearense, de vinte um anos de idade, mas uma tempera de lutador, uma enfribatura a serviço de uma causa que êle considerava como sagrada e pela qual deu todo seu vigor e entusiasmo.

A campanha não estava finda. O interior, sofrendo a acometida dos rebeldes, foi cedendo aos poucos. Milhares de nativos pegaram em armas. Os legais, perdendo terreno, ficaram em pouco reduzidos a poucos pontos. O Marechal, instalando seu governo em Tatuoca, velho, ferido forte com a perda do filho, não era homem para a conjuntura.

Feijó, Regente, ordenou então a remessa de forças para

conjurar a situação, nomeando para dirigir a Provincia, com poderes especiais, o brigadeiro José de Souza Soares de Andréa, que a 11 de Abril de 1836 se empossava no governo, na ilha de Tatuoca, de onde iniciou as operações para vencer a rebelião.

Entre os cabanos, já não havia a mesma inteiriça disciplina política. Angelim, cuja administração era honestissima, perdia aos poucos a popularidade, por procurar evitar os desmandos que seus companheiros desejavam praticar ou mesmo começavam a praticar. Os Vinagres já se preparavam para desconhecer-lhe o poder, quando a presença de Andréa veiu revelar aos rebeldes que havia necessidade de uma frente unica para poder impedir o triunfo legal. Mesmo assim, não foi possivel manter a capital em mãos. Irritados, sentindo a derrota próxima, os cabanos tentaram então incendiar a cidade, no que foram demovidos por D. Romualdo de Souza Coelho, que já antes os havia impedido de prosseguir na sangueira que lhes caracterizava os primeiros momentos de triunfo em Belém.

A guerra civil não estava terminada com a ocupação, a 13 de Maio de 1836, pelas forças de Soares de Andréa. Abrigando-se no interior, os cabanos continuaram nas suas sortidas. Perdidos os chefes mais graduados, como o próprio Eduardo Angelim, que foi capturado no Acará, elegeram outros. sem a mesma projeção, sem maiores serviços à rebelião que a coragem que manifestavam ou o barbarismo por que se distinguiam.

Conhecendo profundamente o interior da Provincia, os cabanos meteram-se pelos rios de grossas aguas como pelos simples igarapés, furos, lagos, assediando vilas, apoderando-se de vilas, saqueando, matando, numa tremenda vingança sobre todos aqueles que êles entendiam responsaveis pelos sofrimentos que afligiam as populações da hinterlandia. Escravos africanos, aproveitando a oportunidade, ligaram-se a êles. Baixo e Alto Amazonas, como a região das ilhas, a costa maritima, desde a fronteira com o Maranhão ao Oiapoc, trechos do Tocantins, padeceram os horrores da guerra sem quartel que se abriu de parte a parte. As colunas cabanas investiam os pontos, onde acampavam os legais, de surpreza ou antes por intermedio de agentes que espalhavam o terror ou creavam a desorientação desmoralizando as defesas governistas.

Soares de Andréa, como Bernardo de Souza Franco e João Antonio de Mendonça, compreendendo a importancia dos sucessos, sentindo que a guerra devia ser conduzida não com a aplicação dos metodos normais da estrategia militar, mas de acôrdo com os imperativos fisiograficos da região, ou ainda

por uma certa liberalidade que fosse aos poucos dando a perceber aos rebeldes que não deviam mais continuar em armas, agiram com energia e ao mesmo tempo decidida habilidade. Ao envez de esquadras possantes, de grossos contingentes do exército, pequenas unidades navais, constantes de cuters, escunas, patachos, hiates, brigues, corvetas, e destacamentos volantes, forças irregulares de patriotas, organizadas nas vilas e povoados e conduzidas pelos caudilhos que se improvisavam e eram uma expressão segura de exito pelo prestigio de que dispunham e pelos conhecimentos reais que possuiam da região.

Entre outros, padres Prudencio das Mercês Tavares, que organizou a defesa de Cametá, onde os cabanos jamais chegaram a penetrar; Antonio Manoel Sanches de Brito, que comandou os efetivos de Fáro, Jurutí, Obidos, Santarém, Alenquer, Vila Franca e obrigou o inimigo a render-se em um de seus redútos mais fortes, o de Ecuipiranga, no Baixo Amazonas; Ambrosio Aires, o Bararoá, que orientou, com um sentido objetivo felicissimo, as operações no Alto Amazonas. Entre os elementos de maior relevo entre os militares, tenente-coronel João Henriques de Matos, capitão de fragata Frederico Mariath, tenente Manoel Francisco Barroso, majores Luiz de Souza, Monteroso e Sergio de Oliveira, capitão de fragata Araujo Amazonas, coronel Miranda Leão.

Cedendo aqui, alí, acolá, sentindo o infrutiféro de toda e qualquer resistência, convocados à colaboração com o Império na reconstrução da Provincia, mercê uma anistia decretada a 4 de Novembro de 1839 a instancias dos presidentes Soares de Andréa, Souza Franco e João Antonio de Miranda, os cabanos se foram entregando aos bandos. O ultimo grande grupo de 980 rebeldes, rendendo-se em Lusea, hoje Maués, na Comarca do Alto Amazonas, a 25 de Março de 1840.

A RECONSTRUÇÃO — A guerra civil tinha custado cêrca de 30.000 vidas à Amazonia, o que significava uma sangria profundissima em suas energias humanas já de si tão precarias. No decorrer dos cinco anos de luta, por outro lado, a econômia regional fôra igualmente sacrificada. Em alguns logares do Baixo Amazonas e do Marajó, onde a creação de gado constituia, grosso modo, o fundamento de vida das populações, fazendeiros que possuiam, ao começo da triste jornada política, entre cinco e seis mil cabeças de gado, se viam reduzidos a doze vacas ! As lavouras do cacáu, algodão, café, tabaco, cana estavam destruídas. A massa escrava como que desaperecera, apesar de toda a preocupação das autoridades em conseguir-

lhe o aprisionamento para a necessaria devolução aos seus proprietarios. O esforço para a reconstrução tinha de ser gigantesca. A vida política não podia ser mais orientada com o estrepito, o apaixonamento que resultara naquele desastre. Por tudo isso, organizada e instalada, a 28 de Fevereiro de 1838, a Assembléia Legislativa Provincial, os legisladores, conscios de suas responsabilidades, meteram hombros à dificil tarefa da restauração, tarefa pesada, que exigia muita demonstração de civismo e um espirito de sacrificio a toda prova.

Dirigindo-se ao legislativo, os presidentes da Provincia, nos primeiros anos após o conflito esclareceram minuciosamente a situação, solicitando providencias que permitissem uma obra sólida de reconstrução. Falaram sem reservas. Sugeriram providencias, aconselharam, orientados pelos imperativos que observavam. Em nenhum momento, por seu lado, os deputados recusaram as medidas solicitadas ou simplesmente alvitradas. Esquecidos dos resentimentos que os haviam separado antes, os representantes paraenses trabalharam com patriotismo assinalavel, aparelhando o executivo para enfrentar os problemas de toda ordem que lhes embaraçavam o governo.

Os particulares, por sua vez, atirando-se ao trabalho, procuraram recuperar o que haviam perdido. Aceitando impostos aumentados, cuidando ativamente de suas lavouras e da creação, fugindo ao partidarismo, cooperaram dentro de suas possibilidades para a obra de restauração tão necessaria. Os elementos nativos, para o fim de participarem desse esforço reconstrutivo, foram agrupados em companhias de trabalhadores em todos os municipios.

Ainda em 1841, as condições da Provincia eram delicadas. Não havia rendas suficientes para o pagamento das forças e a realização de serviços públicos imprescendiveis. Só ás unidades militares que tinham concluído suas operações contra os rebeldes, devia o tesouro 31 mêses de soldo ! Da tesouraria da Baía, por ordem do Ministério da Fazenda, durante seis mêses vieram vinte contos de réis. O próprio Ministério da Fazenda remetera, em três parcelas, entre Dezembro de 1839 e Abril de 1840, cento e setenta contos ! A receita para o periodo de 1840-1841 fôra orçada em 241:408$277, e a despesa ascendia a 834:946$192, o que exigia um suprimento, pelos cofres nacionais, de uma gorda soma.

O trabalho, a vontade decidida de vencer, o esquecimento das diferenças, seriam suficientes para permitir a reconstrução ? Não ha negar que foram êsses os melhores instrumentos de que poude dispôr o Pará, afim de reerguer-se. Forças decisivas, que revelaram os sentimentos admiraveis de sua gente, que compreendeu a gravidade dos sacrificios que se lhes solicitavam e deu toda sua colaboração sem o registro de um só incidente que permitisse uma direção perigosa ás coisas regionais. Já em Agosto de 1851, em consequência, o Presidente Fausto Augusto de Aguiar, que vinha governando desde Setembro do ano anterior, podia escrever que as condições existenciais da Provincia se não eram ótimas, em todos os setôres, expressavam bem estar, refletido na ordem. inalterada ha uma decada e nos algarismos da produção, das exportações, das importações, no crescimento das rendas aduaneiras, no crescimento das rendas arrecadadas pelas repartições fiscais do interior, no movimento do porto, todos êsses algarismos animadores exteriorisando honestamente uma éra de tranquilidade que já se estava vivendo.

SOB O SEGUNDO IMPÉRIO, a evolução política da Provincia processou-se sem mais os altos e baixos gritantes das crises experimentadas nas duas decadas anteriores. Agrupados nos dois partidos que levantaram bandeira, o "Liberal" e o "Conservador", satisfizeram-se os paraenses com as disputas eleitorais, as polemicas de imprensa, os choques ideologicos sem mais apêlo ás armas. Nesse particular, póde-se mesmo concluir que a vida da Provincia decorreu morna, aqui e alí movimentada pela ascenção de um dos dois partidos que agremiavam todas as inteligencias e ardores cívicos da Provincia.

Recebendo os influxos da política central, acompanhando as vitórias e derrotas que se dividiam pelas duas agremiações, liberais e conservadoras paraenses não tiveram particularidades nas atitudes. Quando, por exemplo, ocorreu na Côrte a cisão entre os liberais, ano de 1866, o éco dessa cisão chegou a Belém, como dois anos depois chegou tambem o éco da unificação operada no Rio de Janeiro, provocando a cisão e a unificação na Provincia.

Filiados aos dois partidos, lutaram pela supremacia deles, como dissemos, as melhores inteligencias e ardores cívicos locais. Entre êles, merecem um registro especial, pela nomeada de que se cercaram, pela atuação intensa que tiveram, Bernardo de Souza Franco, Corrêa de Miranda, Ambrosio Leitão da Cunha, Pinto Guimarães, Tito Franco de Almeida, José da Gama Malcher, conego Siqueira Mendes, Domingos Antonio Rayol, Samuel Mac-Dowell, Barão de Anajás. Bernardo de Souza Franco, de tal maneira irradiando seu nome, suas vir-

tudes políticas e espirituais, que governou outras Provincias, foi membro do Conselho de Estado e Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda, respectivamente, nos gabinetes Paula Sousa e Marquês de Olinda.

As idéias dos partidos sustentavam-se nos ruídos legislativos ou nas colunas da imprensa. Esta, representada principalmente nos jornais "Diario do Grão-Pará", orgão dos conservadores, e "Jornal do Amazonas", substituido em 1869 pelo "O Liberal do Pará" e de 1878 em diante pelo "A Provincia do Pará", orgam dos liberais.

Sessenta cidadãos, como presidentes e vice-presidentes em exercicio, governaram a Provincia nesse periodo da evolução nacional, procurando satisfazer-lhe os anceios e estabelecer equilibrio necessario à bôa marcha dos negocios públicos. Não será acertado afirmar que todos realizaram obra administrativa notavel, ou acertaram sempre nos empreendimentos a que se dedicaram. Pela organização do Império, nomeados os presidentes sem consulta ás provincias, o que valia dizer que os homens mandados dirigi-las nem sempre traziam conhecimento objetivo dos problemas que teriam de solucionar ou estudar, por isso mesmo falharam muito, quando não quizeram ou não poderam ouvir a palavra de experiência dos elementos ligados à vida local pelo nascimento ou pelo domicilio permanente.

Desses sessenta cidadãos que dirigiram o Pará, exigem referência especial Bernardo de Souza Franco, Jeronimo Francisco Coelho, Araujo Brusque, Couto de Magalhães, Vicente de Azevedo, cujos periodos ficaram assinalados por medidas que promoveram, de maneira sensivel, o progresso do extremo-norte.

A 5 de Setembro de 1850 e a 12 de Junho de 1852, duas medidas legislativas vieram retalhar a extensão do territorio paraense. Pela primeira, a Comarca do Alto Amazonas, que desde 1798 lutava por autonomia política, e viu seus anceios satisfeitos pela ação da representação paraense, que desde 1828 vinha advogando no Parlamento Impérial a concessão pleiteada pelos amazonenses, foi elevada a categoria de Provincia, nomeando S. Magestade, para governá-la, o paraense João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, uma das mais ardorosas expressões do civismo e da inteligencia paraenses áquele tempo. Pela segunda, o municipio de Turiassú foi transferido à vizinha Provincia do Maranhão, apesar de todos os titulos históricos e políticos que possuia o Pará.

No tocante à organização administrativa e judiciaria do Pará, as alterações posteriores à divisão feita pelos conselheiros provinciais em 1833 não foram marcantes. Restauraram-

se alguns dos municipios que tinham perdido aquela situação, reformou-se o quadro da divisão judiciaria, mais de uma vez, com a instalação de novas comarcas e, por lei nacional de 6 de Agosto de 1873 creou-se o Tribunal da Relação, com alçada e jurisdição sobre o Amazonas.

Ao extinguir-se a monarquia, havia em toda a Provincia 46 municipios e 16 comarcas.

A QUESTÃO RELIGIOSA, que tanto agitou a nação, teve no Pará um de seus capitulos mais movimentados, pela atuação energica de D. Antonio de Macedo Costa, que vinha conduzindo as coisas espirituais da Amazônia com uma intensidade de ação patriotica que envolvia os problemas de natureza propriamente religiosa e os problemas de natureza cívico-civilizadora.

Vindo governar uma provincia eclesiastica por onde tinham passado figuras da estatura de Frei Caetano Brandão, D. Manoel de Almeida Carvalho, D. Romualdo de Souza Coelho, D. José Afonso de Morais Torres, varões de excelsas virtudes que dedicaram sua vida ao bem-estar de seus paroquiados, por êles sacrificando-se, por êles e a serviço dos principios da catolicidade, promovendo obras pias e de sentido civilizador que lhes imortalizaram o nome na história do país, D. Antonio de Macedo Costa sagrou-se um benemerito pelas atitudes e pela obra cristã que tornou uma explendida realidade.

Inteligência e cultura, dignidade e vontade, quando se verificaram os primeiros incidentes que rompiam a unidade da familia brasileira, dividindo-a em catolica e maçon, D. Antonio declarou a sua solidariedade a D. Vital Maria, Bispo de Olinda, que combatia contra a Maçonaria, proíbindo a leitura dos jornais "Liberal do Pará", "Santo Oficio", "Tribuna", que atacavam os gestos anti-maçonicos dos prelados brasileiros, e ordenando que os membros das confrarias que pertencessem à maçonaria imediatamente dela se desligassem. A luta, que teve seus aspéctos vibrantes, defendendo-se o Antistite pelas colunas do "A Bôa Nova", tomou caráter mais agudo quando os irmãos da Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia e da Irmandade da Santa Casa recusaram obediencia ás determinações do Prelado e recorreram ao Imperador, que aceitou as razões do recurso. D. Antonio, que de ha muito vinha reclamando contra a interferência excessiva das autoridades civis em assuntos que na realidade consultavam particularmente os interesses domesticos da Igreja, mesmo dentro do sistema cons-

titucional que regia o Império, ante a atitude do Monarca, lançou o seu protesto, que provocou uma sensação extraordinaria na conciência nacional. 4 de Outubro de 1873. Seis mêses depois, decorridos por entre luta acesa, D. Antonio foi preso e recolhido ao Rio de Janeiro, onde o Supremo Tribunal o julgou, condenando-o a quatro anos de prisão com trabalhos por crime de sedição.

O incidente não terminara, porém, com a detenção do Bispo. Porque novos e graves se registraram na Provincia, dando em resultado a prisão do governador do Bispado, conego Sebastião Borges de Castilho, protestos do cléro paraense, mais rude campanha de imprensa, violencias contra membros da Igreja e outras ocurrencias que revelavam um estado de espirito fortemente abalado.

EM FACE DAS JORNADAS MILITARES NO PRATA, o Pará comportou-se com evidentes demonstrações de conciência cívica elevada. Já por ocasião dos ultimos episodios que assinalaram o encerramento do ciclo revolucionario no Império, nos entreveros contra os republicanos gaúchos, a Provincia remetera, apesar de combalida pelo drama domestico da cabanagem, os contingentes de que podera dispôr para contribuir na obra da pacificação nacional. Como em 1849 esteve presente, em Pernambuco, com o 3.º Batalhão de Artilharia, na taréfa de dominar alí a chamada Revolta Praeira.

Verificado o casus beli" contra o ditador Solano Lopes, imediatamente a Provincia compareceu aos campos de batalha, com os efetivos de suas guarnições normais do exército e dois batalhões de voluntarios da pátria, o 13, integrado por seu Corpo Provincial de Caçadores da Policia, e o 34, além de grossos contingentes de guardas nacionais, recrutas, libertos, o que atribuiu à Provincia uma contribuição de perto de cinco mil homens, numero expressivo, considerando-se o pequeno vulto da população paraense.

Nos campos de batalha, os soldados paraenses souberam revelar ótimas qualidades militares, participando dos choques com o inimigo com a mesma galhardia dos soldados das demais regiões do Império. E um de seus filhos, Hilario Maximiano Antunes Gurjão, vocação de militar incontestavel, soube impôr admiração especial a seus comandados e superiores pela soma de feitos que o singularizaram.

Tendo dirigido cêrca "de cincoenta bombardeamentos, entre os quais os das baterias paraguaias do forte de Itapirú,

tomou parte, entre outros, no da ilha da Redenção, e entrou em diversos canhoneios e combates, sendo destes mais notaveis o do Rincon do Passo da Pátria, o do Estero Belaco e o de Angustura, no qual tomou o redúto do inimigo". Comandou, estando presente a Tuiutí, a 17.ª brigada, as forças de guarnição de Corrientes e no Chaco. Em Sauce, desalojou os paraguaios. A 6 de Dezembro, no combate de Itoróró, sua ação foi decisiva. Depois de três vezes passada a ponte sobre aquele curso fluvial as forças brasileiras haviam sido forçadas a recuar. O fogo das baterias contrarias era tremendo, causando baixas elevadas em nossos homens. Gurjão, então, no posto de general de brigada, despresando os perigos a que se expunha, sentindo a gravidade do momento, compreendendo a necessidade de uma atitude que levantasse o moral de seus comandados e lhes désse o entusiasmo preciso para ocupar definitivamente a posição, de espada em punho, a cavalo, atirou-se sobre a ponte, exclamando : "Vejam como morre um general brasileiro".

O gesto decidiu da batalha. Porque os soldados, eletrisados, avançaram com um impéto imenso, pondo em fuga o inimigo e ocupando a passagem, de importancia particular no decorrer das operações que se realizavam. Gurjão, ferido gravemente, faleceu pouco depois. Seu exemplo, insista-se, marcara-lhe a memoria.

LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS — O contingente negro na formação social e econômica da Amazônia, como já se registrou em paginas anteriores, não foi de molde a permitir a conclusão de que tivesse havido, no extremo-norte, um fóco forte de africanos. Chegando ao vale trazidos pelos inglêses para as feitorias que montavam entre o Parú e o Xingú, utilizados na cultura da cana e das outras espécies que se principiavam a experimentar, seguramente em nada influiram nessa primeira fase, desaparecendo com a destruição desses estabelecimentos estrangeiros. O braço indigena, abundante, bastava, nessas horas iniciais, aos colonos, para a aventura da colheita das "drogas".

Com a intervenção decidida dos missionarios, que defendiam a liberdade do gentio, os colonos, ao mesmo tempo que batalhavam pela escravização do nativo, sem o qual, como sabemos, não podiam dar um passo, pleitearam ativamente e intensamente, junto à Corôa, a vinda de braços africanos, a bem dos interesses econômicos da colonia o que significava, em última analise, interesses econômicos do império lusitano. Ordens

régias várias, a princpiar de 1 de Abril de 1680, determinaram a remessa de negros para Belém e para São Luiz. Os colonos do Maranhão eram, porém, mais afortunados e melhor aquinhoados. Em consequência, os colonos paraenses sentiram-se com a preferencia que se dava ao Maranhão, mais de uma vez protestando contra a injustiça que havia de descarregarem os navios negreiros a mercadoria africana na vizinha capital, em desrespeito ás cartas régias e em evidente menosprezo aos paraenses, que lutavam com falta de gente para os seus mistéres agrícolas. Os preços, pesados para os colonos paraenses, que não possuiam recursos bastantes para enfrentar a despesa, constituiam uma razão forte alegada pelos negreiros para esquecer o Pará ou preferir o Maranhão. A primeira "Companhia do Comércio do Maranhão", embora, deante dos protestos dos belemitas e das instruções reais, trouxera sempre alguns centos de escravos, que não foram suficientes para as exigências da econômia regional.

A "Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão", organizada no consulado pombalino, trouxe milhares de negros, adquiridos sofregamente para as lavouras do cacáu, cana, café e outros gêneros que se lavraram intensamente no Estado, tendo introduzido, nos seus 22 anos de existência, 12.587 escravos. De 1778, a 1792, chegaram a Belém mais 7.606. De 1810 a 1816, cêrca de quatro mil.

Com o inicio da experiência liberal-democratica, verificou-se a primeira demonstração contra o sistema da escravidão do negro. Patroni, em meio ás novidades políticas de que se fizera arauto, falava em liberdade dos negros e igualmente absoluta entre os homens.

Mas, só em 1858, Tenreiro Aranha e o médico militar Antonio David Vasconcelos Canavarro fundaram a "Sociedade Ipiranga", que pode ser tida como o primeiro nucleo organizado para a defesa do principio da liberdade dos negros. Essa sociedade, porém, teve duração efemera. Seguiram-se outras atitudes isoladas, entre elas a do dr. Agostinho dos Reis, que pelas colunas de jornais e em conferências combateu o sistema escravocrata com uma energia especial. No jornal "A Inquisição", o professor José Teodoro Saraiva da Costa escreveu uma série de artigos mostrando a necessidade da abolição. Manifestações clarissimas, não expressavam, todavia, senão, insistamos, estados dalma isolados, que deviam ser reunidos como nas outras Provincias para um movimento ordenado e util. Sentindo êsse imperativo, os que comungavam os ideais libertarios organizaram então vários centros, que irradiaram da capital para o interior, onde se fundaram tambem nucleos de combate. A "Liga

Redentora dos Cativos da Provincia do Pará", a "União Reatora contra a Escravidão", a "Sociedade de Senhoras Auxiliadoras da Liga Redentora", convocando inteligências, energias cívicas, espiritos avançados, orientaram essa campanha. Bairros de Belém e trechos do municipio como Batista Campos e Trindade, o Pinheiro e Mosqueiro, declararam livres os seus escravos. A vila do Mojú a 25 de Abril de 1888, adotava identica atitude. O movimento empolgava a alma paraense. Desembargador Pais de Andrade, Paulino de Brito, conegos Andrade Pinheiro e Perdigão, professor Camilo Salgado, conselheiro Tito Franco de Almeida, jornalista Marques de Carvalho, João Campbell, dr. Raimundo Leal Castelo Branco, professor Bertoldo Nunes, entre muitos outros, dedicaram-se de corpo e alma à obra manumissora, que encontrara apoio decidido nas lojas maçonicas, de Belém. Quando a nova da abolição total chegou à capital da Provincia, já decrescera, fortemente o número de escravos, fruto da ação dos abolicionistas.

NO SETÔR DA INTELIGÊNCIA, a Provincia viveu não mais aquela experiência medrosa da ação dos Religiosos ou a das escolas primárias creadas já por fins do século XVIII. Feita a independência, os governos provinciais preocuparam-se com o desenvolvimento da instrução, ao mesmo tempo que os conselhos municipais reclamavam, em nome de seus municipes, a creação de escolas que alfabetisassem as populações.

Fôram por muitas dezenas, em consequência, as aulas de primeiras letras instaladas nas vilas e povoados do interior, sob fiscalização das autoridades provinciais, dentro do metodo lencasteriano, adotado para toda a nação. Várias reformas, todas procurando melhorar as condições do ensino e dar melhoria ao corpo de professores, recrutado a principio sem grandes provas de capacidade ou solicitado ao cléro. Já em 1851, funcionavam 45 escolas primárias, com a matricula de 1.354 alunos. Os professores vitalicios venciam 400$000 e os interinos 300$000. Em 1862, essas escolas tinham ascendido para 81, sendo 71 oficiais e 10 particulares, todas somando frequência maior de quatro mil estudantes. Em 1884, num orçamento de receita de 4.467:535$860, a Provincia dispendia com a instrução 531:091$147.

Em 1841, governando o dr. Souza Franco, foi creado o Liceu Paraense, que mantinha cursos secundarios e comerciais. Em 1871, na administração Machado Portela, a Escola Normal,

com o que se dava um passo forte nos cuidados com a inteligência paraense.

Esta manifestava-se brilhantemente, pelos circulos de pensamento que começaram a formar-se, pelos jornais literarios, pela imprensa diaria que entrou a abrir espaço para a inserção de ensaios literarios e ciêntificos, para o debate no terreno das idéias, para o estudo dos têmas regionais, o que permitia a conclusão do Barão de Marajó, em face de certas reservas que se faziam ao extremo-norte, noutros pontos do Império : o Pará, no terreno da educação de seus filhos, possuia instituições de que nenhuma outra Provincia dispunha a êsse tempo, como o Instituto de Educandos Paraenses, estabelecimento de instrução profissional verdadeiramente notavel, e o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, escola domestica para a educação de meninas pobres.

SOB O OLHAR DA CIÊNCIA estiveram sempre as terras, as aguas, as riquezas e particularidades humanas, zoogeograficas e fitogeograficas paraenses. Ora isoladmente, ora integrando comissões de centros de alta cultura européa e americana, etnologos, botanicos, zoologos, geologos andaram estudando detidamente a região, conseguindo resultados verdadeiramente sensacionais que lhes consagraram o nome. Entre muitos queremos deixar registrado os de Luiz Agassiz, Henri Condreau, Henri Walter Bates, Principe Adalberto, da Prussia, A. Wallace, Carlos e Guilherme von Stein, Ehrenreich, Orville Derby, Charles Frederic Hartt, Herbert Smith, Francis Castelnau, que examinaram mil aspéctos das condições regionais.

A essa atuação interessante da ciência estrangeira, porém, faz-se necessario assinalar o contingente brasileiro, abundante e em certos setôres tendo conseguido maiores exitos que os dos homens de ciência de fóra. Êsse contingente, representado por civis e militares do exército e da marinha de guerra nacionais, constantes dos seguintes nomes : João Martins da Silva Coutinho, Ferreira Pena, Barbosa Rodrigues, Barão de Marajó, Couto Magalhães, Francisco Paraibuna dos Reis, Antonio Gonçalves Tocantins, João Corrêa de Miranda, padre Nicolino de Souza, Marcos Pereira de Sales, que levantaram cartas geograficas, exploraram cursos fluviais, identificaram tribus, linguas indigenas, condições de cultura de grupos primitivos, problemas econômicos, extensão da navegabilidade da bacia amazônica, realizando um trabalho de identificação

do mundo paraense, que permitiu, a Raimundo Ciriaco Alves da Cunha e ao Barão de Marajó, os retratos, de certo modo perfeitos, com que apresentaram a Provincia, corrigindo afirmativas, avançando sensivelmente sobre os ensaios anteriores que, na espécie, deviamos a Monteiro Baena e Inácio Aciolí de Cerqueira e Silva.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no decorrer do periodo imperial foi, a todos os aspéctos, notavel. Porque a Provincia, tomando conciencia de suas possibilidades e de suas realidades, após a dolorosa experiência da cabanagem, cuidou ativamente, como já vimos, de construir seu futuro através a exploração das riquezas de seu sólo. Se era um espaço imenso a reclamar ocupação permanente, reserva de matérias primas que despertavam interesse particular no estrangeiro, conhecedor do que valia a região pelas identificações rigorosas que seus homens de ciência realizavam intensamente, interesse despertado em publicações de vária espécie, que provocaram certos receios nas altas esféras da administração nacional !

Toda a vida decorrendo, na região, em função das aguas da grande bacia, que lhe dá a feição mais típica fisiografica e geohumana, natural que o problema do aproveitamento dessa massa dagua fosse uma preocupação imediata. Desde o periodo colonial, o assunto da navegação constituira objéto de cogitações, donde o funcionamento de estaleiros que construiam as embarcações que a técnica da época aconselhava ou permitia. Em 1833, duzentos barcos serviam ao comércio entre o Pará e o Alto Amazonas, não entrando no computo as pequenas embarcações, de tipo indigena, matriculadas nas vilas e utilisadas em operações de menor extensão, nem as que circulavam pelo Tocantins, ou cortavam as aguas do oceano, as famosas vigilengas. A navegação a vapor, todavia, estava naturalmente indicada para resolver o problema navegatório. Tentativas isoladas, procurando a ajuda oficial, tinham mangrado, como a de Joquim José de Siqueira, a do Barão de Jaguararí, a de João Diogo Sturz e a de João Augusto Corrêa, que movimentaram capitais, apresentaram planos, interessaram energias nacionais e estrangeiras. A resistência à iniciativa baseava-se em que o barco a vapor seria a destruição da pequena econômia de mil proprietarios de embarcações movidas a remo e de seus remeiros. Um sentido, evidentemente, longe do progmatismo, mas profundamente humanitario.

Em 1852, porém, vencidas ezitações e reservas, Irineu

Evangelista de Souza, com a contribuição financeira das praças de Belém e Manáos, e a concessão imperial do monopolio, organizou a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas que organizou serviços, iniciando a conquista da hinterlandia, no terreno econômico, com uma fróta que subiu o Amazonas e vários de seus afluentes.

O exemplo, convidativo, constituiram-se a seguir a Companhia Fluvial do Alto Amazonas e a Companhia Fluvial Paraense. Essas organizações, finalmente, em 1874 se fundiam na "Amazon Steam Navegation Company Limited", enquanto surgiam mais a "Empresa de Marajó e a "Pará e Amazonas", todas servindo os interesses da Provincia cujo progresso era a olhos vistos.

As ligações com o exterior faziam-se igualmente a larga. Uma fróta estrangeira, impedida de subir o Amazonas, chegava até Belém, verdadeiro entreposto ou porta de saída de todo o vale, inclusivé da produção dos territorios amazonicos das Repúblicas vizinhas. Já em 1826, fundeara na Guajará o "Amazonas", embarcação norte-americana pertencente à "New York Society", incorporada nos Estados Unidos graças à intervenção de José Silvestre Rebelo, encarregado dos negocios do Brasil. Proíbida de executar seu programa de subir o rio, déra margem aos primeiros protestos contra a política de trancamento da bacia, política que o Império seguia, receioso da cubiça estrangeira.

Tavares Bastos, Tenreiro Aranha, Souza Franco, Domingos Antonio Rayol, Tito Franco de Almeida, numa campanha que a nação ouviu por entre reservas, negativas, acusações e cautelas, dado que nações estrangeiras vinham advogando com um interesse particular a abertura das aguas do Amazonas à navegação internacional em nome da civilização, o que poderia esconder intuitos imperialistas que o Brasil temia, conseguiram, porém, a 7 de Dezembro de 1866, o decreto imperial que declarava a bacia franqueada ás bandeiras mercantes de todas as nações.

Até meiados do século XVIII, o Pará vivera da especiaria, rendosa, abundante, tentadora. Experimentada a lavoura dessas mesmas especiarias e de outros gêneros de significação nos mercados externos e internos, fortalecera-se a convicção de que a terra poderia proporcionar riquezas impressionantes se a tentativa fosse bem orientada e seguida sem esmorecimentos.

Ao ciclo da especiaria, seguiu-se, em consequência, bem impressivo, um ciclo agrícola, ancilado pela creação de rebanhos nas regiões do Marajó e do Baixo Amazonas. Êsse ciclo agrícola durou até a setima decada do século XIX. Represen-

tou-se pela lavoura do cacáu, café, algodão, cana de assucar, tabaco, arroz. Do cacáu, em 1780-1789, a produção atingira as 619.239 arrobas. Entre 1852-1862, 2.094.119 arrobas. O algodão, entre 1852-1862, alcançava 26.163 arrobas.

O gado vacum algarismara-se em 1861-1862 em 210.742 cabeças; o cavalar, em 10.551, distribuidos por 523 fazendas. Em 1880, os números eram 355.451 vacum e 30.532 cavalar, num total de 385.983 unidades no rebanho da Provincia.

A produção nativa, de seu lado, não desaparecera e se corporificava no cumarú, na salsaparrilha, no urucú, na piassaba, na salsa, no cravo grosso e fino, nas madeiras, nas castanhas, a que se juntava a produção industrializada. Esta, identificada pelos oleos, pelos grudes de peixe, pelo assucar, pelo alcool, pelos couros, pela farinha, pelos peixes sêcos, principalmente pirarucú. Em 1862 existiam, só na capital, 1.273 pequenos estabelecimentos industriais, que empregavam 7.956 braços. O maior volume era apresentado pelos engenhos, para o fabrico de assucar e aguardente os quais se totalizavam, nesse ano, na Provincia, por 161.

Com a entrada da borracha para os graficos da produção e da exportação, todos êsses gêneros começaram a perder projeção. A hevea, desde o começo do século XIX, comparecia ás tabelas oficiais, mas foi já da terceira decada em diante que ela principiou a ter posição, pesando na balança. Assim, descobertos seringais nas ilhas, no Tocantins, no Tapajós e no Xingú, para lá se dirigiu o braço que trabalhava na colheita das outras especiarias ou na lavoura. Entre 1836-1852, os dados oficiais falaram em 44.276 arrobas. Em 1854-1855, as cifras acusaram já 178.840 arrobas, cotadas a 36$000 a arroba. Em 1861-1862, só a goma elastica fina figura nos quadros da produção com 106.046 arrobas.

Para a creação e a movimentação dessa riqueza, a Provincia não contava com uma população numerosa. Seus indices demograficos não impressionavam. O contingente africano não se somava por unidades muito elevadas. Em 1848, eram 29.706; em 1862, totalizava-se em 30.623; em 1888, 10.535. O movimento imigratorio europeu não tinha importancia. Das colonias fundadas em épocas diferentes, nenhuma progredira. Os colonos estrangeiros tinham vindo dos Açores, Italia, Espanha e Estados Unidos. O aumento dos coeficientes populacionais do Pará só se modificaram de maneira sensivel com a chegada dos contingentes nordestinos, principalmente cearenses, tangidos para o extremo-norte pelos dolorosos imperativos climaticos. Em 1877, era a vez dos primeiros 860; em 1889 3.480. Ao todo, entre 1877 e 1889, 17.166. A população do Pará,

em consequência, em 1832, era de 149.854, individuos; em 1848, de 156.775; em 1862, atingia os 215.923; em 1872, nos onze municipios em que se dividia a Provincia, viviam 238.489 habitantes.

O comércio, no periodo imperial, irradiava para a Europa e para os Estados Unidos. Ano a ano aumentava, proporcionando receitas apreciaveis e a organização dos recursos locais em bancos e companhias de seguro. Quanto a bancos, em 1847 fundava-se o primeiro, o Banco Comercial do Pará, com o capital de 400 contos, divididos por quatro mil ações de cem mil réis cada uma. Seguiram-se-lhes : outra casa de crédito com o mesmo nome, de vez que a primeira transformara-se em caixa filial do Banco do Brasil, o Banco do Pará e o Banco de Belém.

As rendas públicas em 1838-1839 montavam a .. .. .. 230:799$534; em 1852, a 295:201$819; em 1884, a .. .. 3.160:035$720; em 1887, a 6.347:984$893. As despesas subiam nas mesmas proporções, o que impunha a confissão do penultimo Presidente sobre pessimas condições da Provincia "devido à imprudencia que presedia à organização dos orçamentos" com deficit calculado, para 1889, em mais de dois mil contos.

O PROGRESSO DE BELÉM, sob o Império, marcava-se ante a impressão que os visitantes estrangeiros expressavam em seus livros, nem sempre cordiais para com o país. Governada pelo conselho municipal, era séde da administração propriamente provincial, donde melhoramentos que lhe garantiam crescimento e ar urbano agradavel, pitoresco, imponente em alguns aspéctos.

Já em 1821 o engenheiro militar Antonio Ladislau Monteiro Baena fôra consultado acêrca das condições da capital e dos melhoramentos a nela se introduzirem. Falara como técnico, indicando providencias, inclusivé o aterro de trechos encharcados.

Essas obras, tendentes a promover o saneamento da capital, dar-lhe traçado de acôrdo com a situação política de que se ufanava, permitir o crescimento de sua area, aos poucos se foram enfrentando, ora por concessão a particulares, ora diretamente pelos departamentos oficiais. Belém, assim, foi se destacando das demais cidades capitais do norte. Em 1833, habitavam-na 12.467 pessôas que moravam em 1.935 casas; em 1885 êsses algarismos estavam modificados para 70.000. O Teatro da Paz, a Catedral, com os paineis de De Angelis e os marmores de Luca Carimini, e o Museu Paraense davam-lhe já

antes de findar a monarquia, titulos que nenhuma outra cidade do Império possuia.

Visitando-a em 1828, Hercules Florence descrevia-a como uma cidade bonita, de bôa edificação, inclusive o palacio governamental, que considerou o mais notavel de todo país, as residencias dos comerciantes de melhores posses trabalhadas com cantaria trazida de Lisbôa. Havia lindos passeios cercando o velho burgo de Caldeira de Castelo Branco.

Em meiados do século, J. C. Fletcher e Luiz Agassiz não escondiam sua admiração pelo panorama que Belém lhes oferecia. Panorama em que não trabalhava a natureza, mas a mão do homem, afeiçoando ao seu sentido estético os trechos novos que se abriam no chamado bairro da Compina. Em 1889, Alfred Marc encontrou-a com uma fisionomia ridente, vida comercial e social impressiva, numa seivosidade perturbadora que seus cem mil habitantes aproveitavam para defini-la como uma "Liverpool brasileira". Sua situação geografica, que o jornalista proclamava admiravel, adquirira-lhe desenvolvimento e importancia dia a dia mais visivel. Se em Belém havia, então, dez mil casas !

O

CICLO

REPUBLICANO

OS ULTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA decorreram por entre grande insatisfação coletiva na Provincia. O Império como que ignorava os problemas, as necessidades do extremo-norte, o que ia permitindo a formação de uma conciência que se orientava para o rompimento da unidade nacional. Se não havia ainda uma bandeira partidaria alinhando as queixas dos paraenses e levantando o principio da autonomia para as populações do vale, já a idéia fermentava, levando mesmo o governo central a adotar medidas para evitar incidentes. O brigadeiro Rufino Enéas Galvão, mandando dirigir a Provincia, trazia instruções particulares sobre o assunto, tendo, nesse particular, realizado uma obra impressionante em favor da unidade brasileiro.

O descontentamento, ou melhor, a falta de confiança na forma monarquica, no entanto, não desapareceu, dando margem a que os principios republicanos fossem creando ambiente. Em Abril de 1886, aos influxos da pregação que se fazia por todo o país, em pról da república, um grupo de afeiçoados à doutrina democratico-republicana fundou o Clube Republicano, a que aderiram inicialmente cento e vinte três pessôas, sendo escolhida uma diretoria composta de : dr. Paes de Carvalho, presidente; dr. Gentil Bitencourt, vice-presidente; dr. Justo Chermont, 1.º secretario; dr. Barjona de Miranda, 2.º secretario; José Duarte Bentes, tesoureiro. Entre outros, filiaram-se ao partido, instalado solenemente a 31 de Maio com o lançamento de seu estatuto-manifesto, Lauro Sodré, Henrique Americo Santa Rosa, O' de Almeida, Manoel Barata, Mata Bacelar, Marques de Carvalho. Empregados no comércio, médicos, bachareis, agricultores, comerciantes, militares, aos poucos foram ingressando na familia republicana, que a 1 de Setembro fez circular o primeiro número do jornal "A República", que abriu campanha em favor da mudança do regime.

As autoridades monarquicas, a êsse tempo pertencentes ao partido liberal, que estava no poder, não se apressaram em combater os novos inimigos, mas não deixaram de lhes embaraçar os movimentos, quando perceberam a irradiação que tomava. Essa irradiação representava-se nos nucleos que principiaram a ser fundados no interior : Vizeu, Bragança, Obidos e Monte Alegre.

A ADESÃO À REPÚBLICA ocorreu sem incidentes de vul-

to. A 14 de Novembro, pela manhã, assumira a presidencia da Provincia o dr. Silvino Cavalcanti de Albuquerque. A 15 à tarde, começando a circular rumores de que Pedro II fôra destronado e a república instituida pelas forças militares, os membros do Clube procuraram tomar posição. No dia seguinte, depois de entendimentos entre civis e militares, no quartel do 15 de Infantaria, uma comissão, integrada pelos drs. Justo Chermont e Paes de Carvalho, procurou o presidente Silvino para que êle entregasse o governo. Em resposta, o delegado do Imperador declarou que aguardava pormenores do Rio, com quanto pela força os republicanos podessem tomar conta da administração pública.

Ante essas considerações, o 15 de Infantaria, o 4 de Artilharia e o Corpo Policial, com seus comandos, em perfeita confraternização, acompanhados de grande massa popular, dirigiram-se ao palácio presidencial, onde o corpo de bombeiros fez causa comum com os patriotas. O dr. Silvino Cavalcanti, sem forças, nada poude mais fazer. O dr. Pais de Carvalho, das janelas do palácio, anunciou, então, a adesão do Pará ao novo sistema proclamado na capital do país.

Assumiu o governo uma Junta, composta dos dr. Justo Chermont, tenente-coronel Bento José Fernandes e capitão de fragata José Maria do Nascimento, a qual empossou-se a 17, perante o Conselho Municipal de Belém, e dirigiu o Estado até 17 de Dezembro quando assumiu o dr. Justo Chermont, nomeado por decreto do governo provisório.

O "Clube Republicano", transformando-se em "Partido Republicano Federal", assumiu o controle da política no Estado, desaparecendo, em consequência, os antigos grupos liberal e conservador, cujos membros, grossa maioria, aceitaram os fatos consumados, ingressando com seu contingente cívico para a formação da mentalidade que devia realizar os programas democraticos que se anunciavam com o novo regime.

As quatro primeiras decadas republicanas no Estado defluiram em meio a choques que por vezes tiveram um acentuado tom de violencia. As paixões partidarias mais de uma vez levaram os homens ao apêlo das armas. Quinze cidadãos, nesse periodo, passaram pela direção suprema da coisa pública, por entre aplausos e acusações de seus concidadãos. As preferências populares, todavia, estiveram sempre com o general Lauro Sodré, sendo, todavia, de assinalar os quatrienios Pais de Carvalho, Augusto Montenegro, Dionisio Bentes e Eurico Vale, pelo conjunto de serviços de natureza material ou financeira que lhes marcou a passagem. O intendente de Belém, Antonio José de Lemos, empunhando o bastão de comando do partidarismo oficial, por mais de uma decada, foi figura central da vida política do Estado. Um movimento popular em 1910, tirou-lhe, porém, a leaderança que não encontrou outras mãos com a mesma habilidade para empunha-la.

Três episodios, logo na primeira decada republicana, deram à história paraense um relevo especial no quadro dos fastos brasileiros : a atitude do Estado em face da dissolução da constituinte, o encontro com as forças navais francèsas na fronteira com a Guiana e a atuação brilhante da milicia estadual na campanha contra os rebeldes de Canudos.

No primeiro, o governador Lauro Sodré, inteirado do gesto marcial do marechal Deodoro da Fonseca, declarou a sua integral desaprovação ao áto intempestivo que representava uma violação do pacto fundamental da nação. E durante os acontecimentos que se seguiram, na presidencia Floriano Peixoto, manteve o Estado ausente das sortidas que ensanguentaram o país.

O encontro com as forças navais francêses no Amapá ocorreu a 15 de Maio de 1895. Velha diferença, a proposito dos conterminos entre o Brasil e o territorio francês da Guiana, separava as populações da fronteira. Apesar de todas as razões históricas e juridicas invocadas pelo Brasil, os francêses teimavam nos propósitos de ampliar seus limites sobre a região, evidentemnte brasileira. A 27 de Dezembro de 1894, ante os perigos que decorriam da pouca vigilancia que havia de parte de nossas autoridades, um grupo de brasileiros, encabeçado por Francisco Xavier da Veiga Cabral e dr. Gonçalves Tocantins, organizou governo que tomasse a seu cargo os negocios do Amapá, evitando a infiltração francêsa. Essa tinha por agente um preto escravo de nome Trajano. Preso por Veiga Cabral, o governador da Guiana, Mr. Charvein ordenou que o aviso de guerra "Bengali", empreendesse uma ação naval-policial sobre o Amapá, libertando o preto e aprisionando Veiga Cabral e seus companheiros de jornada cívica.

A expedição foi infeliz para as armas francêsas. Porque devido à maré, tendo chegado já pela manhã de 15 de Maio, quando o plano cogitara de uma empresa noturna, o capitão Lunier, comandando a infantaria de marinha que desembarcou por vários pontos, pretendeu apoderar-se do povoado, detendo Cabral, que o desarmou e com o proprio revolver do oficial estrangeiro, tirou-lhe a vida. A luta generalizou-se. Os contingentes invasores, bem armados, aos poucos foram ganhando terreno. A resistência, operada com os parcos recursos de momento, teve de ceder, não sem ter inflingido fortes perdas aos

atacantes, que marcaram a vitória com o assassinio de "mulheres, velhos e creanças".

Os animos, como era natural, exaltaram-se por todo território nacional. A arbitragem do Conselho Federal Suisso, encerrando a contenda, que datava do periodo colonial e já por vezes se manchara em sangue, assegurou ao Brasil, consequêntemente ao Pará, a integridade de sua faixa lindeira, proclamando o fundamento de todas as razões que apresentavamos.

No episodio de Canudos, a presença do Regimento Policial do Estado foi assinalada por átos de bravura de seus soldados e oficiais, que combateram com decisão e sem apêlo à barbaria de 25 de Setembro de 1897, ocupando posições salientes que de certo modo garantiram os sucessos posteriores de 1 de Outubro, quando o mesmo Regimento teve nova atuação destacada, que lhe grangeou a admiração dos demais corpos em operações.

Nessa justa domestica, o Regimento Paraense, dividido em dois corpos, esteve sob o comando dos tenente-coronel Antonio Sergio Dias Vieira da Fontoura e major João de Lemos, aquele se tendo sagrado o grande herói do encontro de 25 de Setembro.

A EVOLUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA do Estado, no ciclo republicano, decorreu por entre oscilações sensiveis. Fundando toda sua vida na industria extrativa, representada principalmente na borracha, o Estado pudera alcançar dias de progresso vertiginoso, refletidos nos algarismos de sua receita e despesa, nas cifras de sua exportação e importação, no movimento incessante de seu principal porto, no crescimento de sua capital, valorizada por uma extensa área, enriquecida por melhoramentos urbanos notaveis, por uma população cosmopolita de crescimento rápido e incessante e por uma construção monumental e pitoresca.

Toda uma civilização começara a ter suas caracteristicas através as mil circunstancias provocadas pela procura da hevea, que os seringais não cessavam de entregar aos grandes mercados consumidores. Lucros astronomicos, para a época e para o meio, consentiam em gastos tambem de vulto. Ao mesmo tempo que Belém se transformava, pelo dinamismo do intendente José Antonio de Lemos, multidões integradas por gentes de toda parte, mas sensivelmente marcados pelo contingente cearense, se atiravam ao ataque à floresta, na

corrida do ouro negro. Atingindo os pontos mais distantes do Xingú e do Tapajós, do Jarí, do Parú, penetrados ousadamente outros cursos menores, exploradas as margens, fixados os acampamentos, os "seringueiros" escreviam os capitulos magnos do verdadeiro "rush", que se inaugurava no extremo-norte. Flotilhas de "gaiolas" e embarcações menores, subindo e descendo rios, atravessando corredeiras, carregando produtos, conduzindo os sertanistas que iam à ventura da borracha, davam o tom mais vivo desse movimento que sensacionava o país e o fazia volver suas vistas espantadas para os novos distritos.

A "A Provincia do Pará" e "Folha do Norte" convocavam as grandes penas para suas colunas. O Museu Paraense, mais tarde chamado Museu Goeldi, dirigido pelo grande ciêntista Emilio Goeldi, com suas publicações, com as expedições ciêntificas que promovia, a Sociedade de Estudos Paraenses, como o primeiro Instituto Histórico, congregavam as melhores inteligências locais, atraindo para o Estado a admiração do mundo inteiro e significando que a civilização amazonica não se expressava apenas no esforço material da colheita da borracha.

A cuncurrencia da produção agricultada do Oriente, ferindo fundo a econômia regional, perturbando a rapidês que distinguia a evolução paraense, capitulo impressionante da evolução amazonico-brasileira, por fim fez findar a caminhada triunfante, espectacular mesmo. Em 1912, a exportação elevara-se a 116.112:152$000. O governo federal arrecadara, em 1910, mais de trinta mil contos de réis, papel, e mais de onze mil, ouro. De 1889 a 1916, o Estado entregara à União, nas várias arrecadações que lhe cabiam, mais de quatrocentos mil contos de réis. A arrecadação estadual, por seu lado, em 1910, cifrava-se em rs. 20.255:070$604. Já em 1918, a União só obtinha rendas no valor de 8.320:094$405. O Estado no ano anterior vira descer sua receita para 6.277:720$243, face a uma despesa que se avolumava em treze mil.

Em todo êsse ciclo, a agricultura perdera sua força. Não havia braços disponiveis para lavrar a terra. Com a decadencia registrara-se o natural regresso à lavoura das espécies alimenticias, ao algodão e a pouco mais. Surgiu, porém, na castanha outra especiaria valorizada. Os oleos, as madeiras, os mil produtos naturais de tipo colonial voltaram a figurar nas tabélas da exportação. Um pequeno parque industrial começou a constituir-se em Belém. Os engenhos de assucar voltaram a movimentar-se. Tudo, porém, sem permitir as larguezas anteriores e sem poder permitir a ascenção, senão vertiginosa dos dias anteriores, pelo menos capaz de permitir que o Estado cumprisse seus compromissos internos e externos.

A REVOLUÇÃO DE 1930, ecoando em Belém pelo pronunciamento do 26 Batalhão de Caçadores e de elementos civis, deu ao Estado um governo provisório e esperanças de restauração de suas energias. Êsse governo provisório esteve integrado por civis e militares, os drs. Abel e Mario Midosi Chermont, tenente do Exército Ismaelino de Castro e tenente de Marinha Alvaro do Cabo, tendo sido substituido, poucos dias depois de empossado, a 28 de Outubro, por outra Junta. Concomitantemente funcionava um governo militar de que foi detentor o major Landri Sales. A 12 de Novembro, essa situação de fato encerrou-se empossando-se na administração estadual o então tenente Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, cujos ardores revolucionarios datavam de 1924.

Este governou em meio ao desajustamento violento, consequente aos acontecimentos que derivavam, por sua vez, do movimento triunfante. Procurando afeiçoar o Estado ás contigencias e perspectivas que se abriam com a éra anunciada pela revolução, chocou-se com uma tremenda oposição, do mesmo modo porque se via cercado de gigantesca popularidade no seio das massas populares, mercê reformas e medidas que lhes satisfaziam os anceios.

A 29 de Abril de 1935, porém, após sangrentas ocurrencias políticas, a Assembléia Constituinte elegeu governador o dr. José Carneiro da Gama Malcher. O Estado, pela gravidade de acontecimentos anteriores à eleição do chefe do executivo, fôra sujeito ao regime interventorial, decretado pelo presidente Getulio Vargas, sendo executor das medidas ordenadas pelo governo federal o major Carneiro de Mendonça.

O advento do Estado Novo, conservando na direção dos negocios estaduais, na qualidade de Interventor Federal, o dr. José Malcher, que se caracterisa pela serenidade, pela prudencia, restabeleceu a paz pública, contendo nervosismos ideologicos, permitiu novas perspectivas. A paisagem econômica do Estado, nesse novo periodo histórico, evidentemente se renova. Belém toma proporções. E após a segunda visita que o presidente Getulio Vargas fez à região quando pronunciou um discurso de repercussão nacional acêrca do sentido civilizador da grande arteria, foram programadas serviços de valorização econômica, social e de saneamento, que prenunciam o advento positivo de um periodo construtivo no vale todo.

BIBLIOGRAFIA

Artúr Viana — *Noticia Histórica.* Belém, 1900.

Teodoro Braga — *Apostilas de História do Pará.* Belém, 1915.

Teodoro Braga — *História do Pará.* S. Paulo, s|d.

Raimundo Proença — *Pontos de História do Pará.* Belém, 1937.

Ernesto Cruz — *Noções de História do Pará.* Belém, 1937.

Jorge Hurlei — *Noções de História do Brasil e do Pará.* Belém 1938.

Jorge Hurlei — *A Cabanagem.* Belém, 1935.

Manoel Barata — *A Antiga Produção e Exportação do Pará.* Belém, 1915.

Manoel Barata — *A Jornada de Francisco Caldeira de Castélo Branco.* Rio, 1910.

Paulo Eleuterio — *Os Portuguêses na Amazônia.* Rev. do I. H. do Amazonas. Manáos, 1937.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *História do Amazonas.* Manáos, 1931.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *Navegação Fluvial, especialmente no Amazonas.* Rio, 1941.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *Paulistas na Amazonia e outros Ensaios.* Rio, 1941.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *A Política de Portugal no vale Amazonico.* Belém, 1940.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *D. Romualdo de Souza Coelho.* Belém, 1941.

Arthur Cesar Ferreira Reis — *O Ciclo Pombalino na Amazonia.* Belém, 1941.

Arthur Cesar Ferreira Reis—*A Conquista Espiritual da Amazonia.* S. Paulo, 1942.

Palma Muniz — *Colonização e Imigração no Estado do Grão-Pará.* Belém, 1916.

Palma Muniz — *Adesão do Pará à Indepedencia.* Belém, 1923.

Manoel Barata — *Apontamentos para as Efemerides Paraenses.* Rev. do I. H. Bras. Rio, 1921.

Luiz Lôbo — *História Militar do Pará.* Dic. do Ins. H. Brasileiro. Rio, 1922.

H. Santa Rosa — *História Política do Pará.* Dic. do I. H. Bras. Rio, 1922.

H. Santa Rosa — *História do Rio Amazonas.* Belém, 1926.

Braga Ribeiro — *História Religiosa do Pará.* Dic. do I. H. Bras. Rio, 1922.

Baena — *Compendio das Eras da Provincia do Pará.* Belém, 1838.

D. Antonio de Almeida Lustosa — *D. Macedo Costa.* Rio, 1939.

João Lucio de Azevedo — *Os Jesuitas no Grão-Pará*. Lisbôa, 1901 e 1930.
João Lucio de Azevedo — *Estudos da História Paraense*. Belém, 1893.
Roberto Simonsen — *História Econômica do Brasil*. S. Paulo, 1937.
José Verissimo — *A Pesca na Amazonia*. Rio, 1895.
Domingos Antonio Rayol — *Motins Políticos*. Rio, Belém, 1865-1890.
Fernando Saboia de Medeiros — *A Liberdade de Navegação do Amazonas*. S. Paulo, 1938.
Moacír Paixão — *Formação Econômica do Amazonas*. Porto Alegre, 1940.
Artúr Porto — *Fundação da Cidade Paraense*. Rio, 1933.
Mélo Leitão — *Descobrimento do Rio das Amazonas* S. Paulo, 1941.
Ernesto Cruz — *Como se fez a República no Pará*. Belém, 1942.
Serafim Leite — *Luiz Figueira*. Lisbôa, 1940.
Revista do Instituto Histórico G. e E. do Pará.
Anais da Bibliotéca e Arquivo Público Paraense.
Revista da Sociedade de Estudos Paraenses.
Revista do Instituto Histórico e Geografico do Pará.

INDICE

A Façanha Colombina	Pag.	9
Nas Pegadas do Adelantado	"	11
A Chegada do Lusitano	"	11
Os Primeiros Tempos	"	13
Em Face do "Herege"	"	16
Os Lineamentos Iniciais da Administração	"	18
A Irradiação Bandeirante	"	20
A Ação Missionaria	"	23
A Luta pela Liberdade	"	24
A Evolução Política	"	28
O Progresso da Capitania	"	30
Os Primeiros Tempos do Bispado	"	33
O Processo Econômico	"	34
O Ciclo Pombalino	"	35
As demarcações das Fronteiras	"	40
Souza Coutinho e Conde dos Arcos	"	42
A Conquista da Guiana	"	44
As Explorações Geograficas	"	46
Os Ultimos Tempos Coloniais	"	47
A Revolução Liberal	"	53
O Inicio da Experiencia Liberal	"	57
O Drama da Cabanagem	"	62
A Reconstrução	"	67
Sob o Segundo Império	"	69
A Questão Religiosa	"	71
Em Face das Jornadas Militares no Prata	"	72
Libertação dos Escravos	"	73
No Setôr da Inteligência	"	75
Sob o Olhar da Ciência	"	76
O Desenvolvimento Econômico	"	77
O Progresso de Belém	"	80
Os Ultimos Tempos da Monarquia	"	85
A Adesão à República	"	85
A Evolução Social e Econômica do Estado	"	88
A Revolução de 1930	"	90

1010052604
IFCH
981.13 R277s

SBU
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP

EMPRÉSTIMO DE PUBLICAÇÃO

Esta publicação deverá ser devolvida na última data indicada.

24 OUT 2008		
29 OUT 2008 Inv./IFCH		
[illegible] 2012		

ENCADERNADORA LINENSE
FONE/FAX:
(014) 522-4858